



Handwritten signatures and initials

ATA N.º 22 – Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano dois mil e dezassete, nesta cidade de Santa Maria da Feira, no auditório da Biblioteca Municipal, reuniu às 21 horas, passava já da hora marcada, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, presidida pelo Sr. Presidente da Assembleia, Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria, e secretariada pelos Srs. Maria José Ferreira dos Santos e Mário Jorge de Castro Reis, respetivamente 1.º e 2.º Secretários da Mesa, com a seguinte “Ordem do Dia”:

- 1 – Atas:-----
 - Ata n.º 20 - Sessão Ordinária de 17 de fevereiro de 2017-----
 - Ata n.º 21 - Sessão Ordinária de 7 de abril de 2017;-----
- 2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município;-----
- 3 – Prestação de Contas Consolidadas do ano de 2016;-----
- 4 – Desafetação de terreno, sito em Paços de Brandão, do domínio público para o domínio privado do Município;-----
- 5 – Atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Nogueira da Regedoura-----
 - Obras diversas;-----
- 6 – Atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Paços de Brandão-----
 - Obras diversas;-----
- 7 – Atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Lourosa-----
 - Obras diversas;-----
- 8 – Atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Romariz-----
 - Obras de beneficiação no polidesportivo;-----
- 9 – Atribuição de apoio à Junta de Freguesia de São Paio de Oleiros-----
 - Obras diversas;-----
- 10 – Atribuição de apoio à Junta da União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo-----
 - Obras diversas;-----
- 11 – Atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Mozelos-----
 - Obras diversas;-----
- 12 – Atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Rio Meão-----
 - Obras diversas;-----



- 13 – Procedimento “Manutenção do sistema AVAC das instalações da Biblioteca Municipal, Museu do Papel e Museu Convento dos Lóios” -----
- Autorização prévia para a assunção de compromisso plurianual; -----
- 14 – Documentos de Prestação de Contas de 2016 da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria (para conhecimento); -----
- 15 – Documentos de Prestação de Contas de 2016 da Área Metropolitana do Porto (para conhecimento);-----
- 16 – Reclassificação das passagens de nível na Linha do Vouga (*artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 17.º do Regimento*).-----

A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo seu Presidente – Emídio Ferreira dos Santos Sousa, e pelos Vereadores José Manuel da Silva Oliveira, Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, Vítor Carlos Latourrette Marques, Helena Maria de Sá Portela, António Gil Alves Ferreira, Susana Alexandra Lopes Correia, António Ferreira de Bastos e Mário António Pinho de Oliveira.-----

Não estiveram presentes os Vereadores Eduardo Marques dos Santos Cavaco e Isabel Maria Oliveira Machado Leal Pereira.-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* declarou aberta a sessão, começando por saudar os membros presentes.-----

Em seguida, informou da entrada na Mesa, até àquele momento, de 2 credenciais de delegação de representação para a presente sessão, dos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia das seguintes freguesias:-----

– Escapães (PSD): delegada a representação no Tesoureiro do Executivo – Álvaro Miguel da Silva Leite;-----

– União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo (PSD): delegada a representação no Vogal do Executivo – Fernando Adriano de Sousa Pinho.-----

Informou, de seguida, que os membros José Fernando Moreira e António Domingues Pereira, ambos do grupo municipal do PSD, solicitaram ser substituídos na presente sessão dado não lhes ser possível estar presente – o membro Fernando Moreira por se encontrar ausente e o



membro Domingues Pereira por motivos profissionais –, informando que, nos termos da lei, os mesmos eram substituídos pelos dois cidadãos seguintes na lista do PSD – Juliana Canedo Rocha e João Luís Almeida Cunha. -----

Enquanto o cidadão João Cunha já se encontrava presente para o efeito, tendo assinado a respetiva relação de presenças, a cidadã Juliana Rocha ainda não se encontrava presente naquele momento, tendo entrado no decorrer da sessão. -----

Sendo assim, encontravam-se presentes, no início da sessão, 36 dos 54 membros que compõem esta Assembleia Municipal, nomeadamente: -----

Pelo grupo municipal do PSD:-----

Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria; José Manuel Milheiro Pinho Leão; António André da Silva Topa; Serafim Manuel Rocha Guimarães; Aldina dos Reis Camboa Cabral; Maria José Ferreira dos Santos; Casimiro Loureiro Dias de Pinho; Marisela Adelaide Pinto Maio; Juliana Canedo Rocha; e os Presidentes, ou seus representantes, das Juntas de Freguesia de Arrifana – Delfim Manuel Oliveira Silva; Escapães – Álvaro Miguel da Silva Leite; Fornos – Luis André Dias Ferreira Assunção dos Santos; Paços de Brandão – Firmino Gomes da Costa; Rio Meão – Mário Jorge de Castro Reis; Romariz – Manuel Jacinto da Conceição Moreira; Santa Maria de Lamas – António Óscar Correia Soares Neves; União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros – José Carlos Baptista Martins; União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – Paulo Fernando Marques de Oliveira; União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande – José Henriques dos Santos; e União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo – Fernando Adriano de Sousa Pinho; -----

Pelo grupo municipal do PS:-----

Margarida Maria Santos Soares Rocha Gariso; Sérgio Manuel Murteira Cirino; Carla Adriana da Piedade Moreira e Santos Pinto; Manuel Oliveira de Almeida; Rosa Maria Pinto da Silva; António dos Santos; Manuel Amorim Duarte; Carla Marisa Pimentel Pereira; Lia Andreia Cristóvão Ferreira; Daniel Tavares Gomes; e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Sanguedo – Valdemar Alves da Silva; São Paio de Oleiros – Ana Cristina Pires de Oliveira; e União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô – Maria Manuela da Silva Teixeira;-----

Pela CDU: Filipe Ramiro Tavares Moreira; -----



Pelo BE: Moisés Salvador Coelho Ferreira; -----

Pelo CDS-PP: Válter José Mendes de Amorim. -----

Entraram, no decorrer da sessão: Adriana Marisa da Silva Cardoso (PSD); Jorge Manuel Ferreira Ferreira (PSD); Gastão Valente Pinto da Silva (PSD); Rui Fernando Guedes Ribeiro (PSD); Bernardino Manuel Martins Couto (PSD); Justino de Amorim Pinto (PSD); Juliana Canedo Rocha (PSD); Márcio Santos Correia (PS); Eduardo José da Costa Pereira da Rocha (PS); Maria de Fátima Bastos Oliveira (PS); Manuel Ferreira Santos (PS); Manuel Jorge Oliveira Tavares Coimbra – Presidente da Junta de Freguesia de Argoncilhe (PSD); António Valdemar Fontes Pinho Ribeiro – Presidente da Junta de Freguesia de Fiães (PSD); Armando Fontes Teixeira – Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa (PSD); José Carlos Pinto da Silva – Presidente da Junta de Freguesia de Mozelos (PSD); e Rui Alves Rios – Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira da Regedoura (PS). -----

Faltaram à sessão, sem se terem feito representar: Augusto de Pinho Santos – Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiães (PS); e Amaro Bento Silva Araújo – Presidente da Junta de Freguesia de São João de Ver (IND). -----

Seguidamente, e na sequência do acordado pela Assembleia na sua sessão de 20 de novembro de 2013, quanto à omissão da leitura do documento referente à síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa deste Órgão, informou que se encontrava disponível essa relação, bem como os respetivos documentos, para que os Srs. deputados municipais os pudessem consultar, caso o pretendessem. -----

É do seguinte teor o documento referente à síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa da Assembleia Municipal após a sessão ordinária de 7 de abril de 2017: -----

- “Ofício do Tribunal de Contas, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, subordinado ao assunto “Homologação da conta relativa ao exercício de 2013 – Recomendações”, dando nota que a conta da autarquia, referente à gerência de 2013, foi objeto de homologação pela 2.ª Secção do Tribunal de Contas em Subsecção, com as recomendações que constam do ofício e que foram transmitidas ao executivo municipal, solicitando que as mesmas fossem transmitidas a todos os grupos políticos com representação nesta Assembleia Municipal; -----



- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para conhecimento e devidos efeitos, teor da recomendação aprovada por esta Assembleia Municipal na sua sessão ordinária realizada no dia 7 de abril de 2017, sobre “Requalificação da Quinta do Castelo”;
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para conhecimento e devidos efeitos, teor da recomendação aprovada por esta Assembleia Municipal na sua sessão ordinária realizada no dia 7 de abril de 2017, sobre “Reforço da Educação Ambiental”;
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo o teor da moção “Dia Internacional do Trabalhador”, aprovada por esta Assembleia na sua sessão ordinária de 7 de abril de 2017, às seguintes entidades:
 - O Primeiro-Ministro,
 - O Presidente da Assembleia da República,
 - O Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social,
 - Presidentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, CDS-PP, PCP, BE, e “Os Verdes”;
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos líderes dos grupos municipais com representação nesta Assembleia Municipal, remetendo cópia do ofício rececionado, do Tribunal de Contas, subordinado ao assunto “Homologação da conta relativa ao exercício de 2013 – Recomendações”;
- Convite da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Feira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para a Comemoração do 96.º Aniversário daquela Associação, que se realizou no dia 1 de maio de 2017;
- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos líderes dos grupos municipais com representação nesta Assembleia Municipal e ao membro independente, solicitando a indicação do orador para a Sessão Solene desta Assembleia comemorativa do 43.º aniversário do 25 de Abril;
- Ofício da Sr.ª Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 3 de abril de 2017;
- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo informação no seguimento do requerimento apresentado pelo



membro Filipe Moreira sobre o assunto “Concessão de estacionamento público na cidade da Feira” – ofício que foi enviado àquele membro em formato digital, por e-mail, em 27/4/2017; -----

- Convite da Sra. Presidente da Universidade Sénior de Santa Maria da Feira, em parceria com a Academia de Música “All About Dance” e a Confraria da Fogaça da Feira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para assistir aos eventos da Semana Cultural “Laços de Cultura em Rede II”, que se realizaram de 2 a 5 de maio de 2017 nos termos do programa enviado – convite este que foi respondido no sentido de que o Sr. Presidente da Assembleia não poderia estar presente nos referidos eventos devido a compromissos anteriormente assumidos e inadiáveis; -----
- E-mail do membro deste Órgão – Moisés Ferreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento sobre o assunto “Tourada em Santa Maria da Feira anunciada para o dia 1 de maio” – requerimento enviado por e-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para os devidos efeitos; -----
- Convite do Sr. Tenente-General Comandante das Forças Terrestres e do Comandante do Regimento de Engenharia N.º 3, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para a cerimónia comemorativa do 41.º aniversário daquele Regimento, que se realizou no dia 4 de maio de 2017 – convite este que foi respondido no sentido de que o Sr. Presidente da Assembleia não poderia estar presente no referido evento devido a compromissos anteriormente assumidos e inadiáveis; -----
- Convite da Fundação de Serralves e da Câmara Municipal de Chaves, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para a inauguração da exposição “Corpo, abstração e linguagem na arte portuguesa: Obras em depósito da Secretaria de Estado e da Cultura na Coleção de Serralves”, que decorreu no dia 28 de abril de 2017 – convite este que foi respondido no sentido de que o Sr. Presidente da Assembleia não poderia estar presente no referido evento devido a compromissos anteriormente assumidos e inadiáveis; -----
- Convite da Associação de Estudos de Direito Regional e Local – AEDRL e da CCDR-Norte, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para a apresentação da edição n.º 1 da “Revista das Assembleias Municipais” e da “Revista das Freguesias”, que se realizou no dia 3 de maio de 2017, solicitando ainda a transmissão do convite aos grupos municipais



- com representação nesta Assembleia Municipal – convite este que foi respondido no sentido de que o Sr. Presidente da Assembleia não poderia estar presente no referido evento devido a compromissos anteriormente assumidos e inadiáveis; -----
- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos líderes dos grupos municipais com representação nesta Assembleia Municipal e ao membro independente, reencaminhando convite da Associação de Estudos de Direito Regional e Local – AEDRL e da CCDR-Norte, para a apresentação da edição n.º 1 da “Revista das Assembleias Municipais” e da “Revista das Freguesias”, que se realizou no dia 3 de maio de 2017; -----
 - Convite da Comissão Organizadora do Simpósio “5.º SIMPMET – Simpósio de Metrologia 2017”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para participar no simpósio em referência, realizado no dia 17 de maio de 2017; -----
 - Ofício da Chefe de Gabinete do Presidente da Assembleia da República, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a acusar a receção do ofício desta Assembleia, em que foi remetido o teor da moção “Dia Internacional do Trabalhador” – aprovada por este Órgão na sua sessão de 7 de abril de 2017; -----
 - E-mail da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria (AMTSM), ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, enviando os Documentos de Prestação de Contas da AMTSM, referentes ao exercício económico de 2016; -----
 - E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do CDS-PP, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a acusar a receção do ofício desta Assembleia, em que foi remetido o teor da moção “Dia Internacional do Trabalhador” – aprovada por este Órgão na sua sessão de 7 de abril de 2017; -----
 - E-mail da Sra. Presidente da Assembleia de Freguesia de São Paio de Oleiros, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo o teor de uma moção contra a anunciada extinção do serviço prestado pela Ambulância Emergência Médica de Espinho, apresentada naquela Assembleia de Freguesia no dia 21 de abril de 2017; -----
 - E-mail, no cumprimento de despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo informação subordinada ao assunto “Homologação da conta relativa ao exercício de 2013 – Recomendações do Tribunal de Contas” – e-mail que foi reencaminhado, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos líderes dos grupos municipais com representação nesta Assembleia



[Handwritten signature and initials]

- Municipal e ao membro independente;-----
- E-mail do membro deste Órgão – Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento sobre o assunto “Ligação das Escolas Públicas do município à rede de saneamento básico” – requerimento enviado por e-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para os devidos efeitos; -----
 - E-mail do membro deste Órgão – Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento sobre o assunto “Sinistralidade na Rua Central do Redondo - Fiães” – requerimento enviado por e-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para os devidos efeitos; ---
 - E-mail do membro deste Órgão – Moisés Ferreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento sobre o assunto “Empresa faz publicidade a tourada não licenciada pela autarquia” – requerimento enviado por e-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para os devidos efeitos; -----
 - E-mail da Área Metropolitana do Porto (AMP), ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, enviando, nos termos da lei, os Documentos de Prestação de Contas da AMP referentes ao ano de 2016;-----
 - E-mail do membro deste Órgão – Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento sobre o assunto “Rua Fernando Almeida e Joaquim Pinto – São João de Ver” – requerimento enviado por e-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para os devidos efeitos; -----
 - Ofício da Sr.ª Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 18 de abril de 2017; -----
 - Convite da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Arrifana, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal e esposa, para assistir às comemorações do 90.º Aniversário daquela Associação, a realizar durante o mês de junho de 2017; -----
 - E-mail do membro deste Órgão – Moisés Ferreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento sobre o assunto “PERM: lotes vendidos, empresas a
-



- localizar-se, calendário e postos de trabalho a criar” – requerimento enviado por e-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para os devidos efeitos; -----
- Convite do Sr. Presidente da Câmara Municipal da Trofa, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para participar na cerimónia de inauguração da Alameda da Estação, que decorreu no dia 4 de junho de 2017, seguida de concerto com Ana Moura – convite este que foi respondido no sentido de que o Sr. Presidente da Assembleia não poderia estar presente no referido evento;-----
 - Ofício da Chefe de Gabinete do Presidente da Assembleia da República, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a acusar a receção do ofício desta Assembleia, em que foi remetido o teor da moção “Dia Internacional do Trabalhador” – aprovada por este Órgão na sua sessão de 7 de abril de 2017; -----
 - Ofício da Chefe de Gabinete do Primeiro-Ministro, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a acusar a receção do ofício desta Assembleia, em que foi remetido o teor da moção “Dia Internacional do Trabalhador” – aprovada por este Órgão na sua sessão de 7 de abril de 2017; -----
 - Exposição do munícipe Vítor Martins, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, relativa à disposição dos sinais de trânsito na Rua Regadas, em Mozelos, e na Rua da Aldeia, em Paços de Brandão – exposição reencaminhada por e-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Vereador do Pelouro das Obras Municipais, Proteção Civil, Ambiente e Saúde, da Câmara Municipal, solicitando que o assunto fosse analisado. Foi ainda enviado e-mail ao munícipe a informar de tal reencaminhamento; ----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal de São João da Madeira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando do teor da moção aprovada por aquele órgão no dia 11 de maio de 2017, sobre “Requalificação da EN223 entre o nó de Arrifana do IC2 e o nó de Santa Maria da Feira da A1”; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal de São João da Madeira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando do teor da moção aprovada por aquele órgão no dia 8 de maio de 2017, sobre “Acesso à A1 e à A29”; -----
 - Exposição do munícipe Jorge Castro, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, no seguimento de reclamações anteriores à Câmara relativas a inundação de garagem e



Handwritten signature and initials

respetivo anexo da residência do mesmo – exposição reencaminhada por e-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Vereador do Pelouro das Obras Municipais, Proteção Civil, Ambiente e Saúde, da Câmara Municipal, solicitando que fosse dada resposta ao munícipe. Foi ainda enviado ofício ao munícipe a informar de tal reencaminhamento;-----

- Ofício da Sr.ª Vereadora do Pelouro de Administração e Finanças, da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minutas e atas das reuniões da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 2 e 15 de maio de 2017; ----
- E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando da entrega na Assembleia da República, por parte daquele grupo parlamentar, de um conjunto de 10 projetos sobre matérias relevantes para a defesa do ambiente e a garantia de maior sustentabilidade;-----
- E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, pergunta que os Srs. Deputados José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia dirigiram ao Ministério do Ambiente sobre “Atentado ambiental em Santa Maria da Feira”;-----
- E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, pergunta que os Srs. Deputados José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia dirigiram ao Ministério da Economia sobre “Parques infantis da responsabilidade do município de Santa Maria da Feira em mau estado”;-----
- E-mail do membro deste Órgão – Moisés Ferreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento sobre o assunto “Videovigilância ilegal no Europarque” – requerimento enviado por e-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para os devidos efeitos; ---
- E-mail da Sr.ª Vereadora do Pelouro da Educação, Desporto e Juventude, da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, convocando-o, na qualidade de membro do Conselho Municipal de Educação de Santa Maria da Feira, para uma reunião a realizar por aquele Conselho Municipal no dia 28 de junho de 2017, bem como informando a ordem de trabalhos da referida reunião;-----
- Convite do Pe José Carlos – Vigararia de Santa Maria da Feira, ao Sr. Presidente da



Handwritten signature and initials in the top right corner.

- Assembleia Municipal, para participar na Procissão da Solenidade de Corpo de Deus, que se realizou no passado dia 15 de junho de 2017;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a todos os membros que constituem este Órgão, convocando-os para esta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 26 de junho de 2017, bem como informando qual a respetiva Ordem do Dia; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, da realização desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 26 de junho de 2017, e indicando a respetiva Ordem do Dia; -----
 - E-mail do membro deste Órgão – Moisés Ferreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento sobre o assunto “Benefícios fiscais à empresa EarthLife – Novas Tecnologias para as Energias Renováveis” – requerimento enviado por e-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para os devidos efeitos;-----
 - E-mail do membro deste Órgão – Eduardo Rocha, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando o agendamento, para esta sessão da Assembleia Municipal de 26 de junho de 2017, do assunto “Reclassificação das passagens de nível na Linha do Vouga”; --
 - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem a Comissão Permanente desta Assembleia, convocando-os para uma reunião da referida Comissão, que se realizou no dia 19 de junho de 2017; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, informação escrita acerca da Atividade e Situação Financeira do Município, para ser presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 26 de junho de 2017; -----
 - E-mail do membro deste Órgão – Fernando Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 26 de junho de 2017, por se encontrar ausente, solicitando a sua substituição na sessão; -----
 - E-mail do membro deste Órgão – Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento sobre o assunto “Parque infantil na Rua António Martins Soares Leite – Santa Maria da Feira” – requerimento enviado por e-mail, por
-



instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para os devidos efeitos; -----

- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo informação no seguimento do requerimento apresentado pelo membro Filipe Moreira sobre o assunto “Ligação das Escolas Públicas do município à rede de saneamento básico” – ofício que foi enviado àquele membro em formato digital, por e-mail, em 20/6/2017;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo informação no seguimento do requerimento apresentado pelo membro Moisés Ferreira sobre o assunto “PERM: lotes vendidos, empresas a localizar-se, calendário e postos de trabalho a criar” – ofício que foi enviado àquele membro em formato digital, por e-mail, em 20/6/2017; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a todos os membros que constituem este Órgão, relativo a adenda à Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 26 de junho de 2017; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, de adenda à Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 26 de junho de 2017;-----
- Convite do Sr. Presidente da Comissão de Festas em honra da Rainha Santa Isabel – 2017 – Arrifana, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para estar presente nas cerimónias religiosas a realizar no dia 9 de julho de 2017;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo informação no seguimento do requerimento apresentado pelo membro Moisés Ferreira sobre o assunto “Habitações sociais vazias” – ofício que foi enviado àquele membro em formato digital, por e-mail, em 22/6/2017;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo informação no seguimento do requerimento apresentado pelo membro Moisés Ferreira sobre o assunto “Benefícios fiscais à empresa EarthLife” – ofício que foi enviado àquele membro em formato digital, por e-mail, em 22/6/2017;-----
- E-mail do membro deste Órgão – Minervina Rocha, Presidente da Junta de Freguesia de Escapães, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar



presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 26 de junho de 2017, delegando a sua representação no Tesoureiro daquele Executivo – Álvaro Miguel da Silva Leite; -----

- E-mail do membro deste Órgão – António Domingues Pereira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 26 de junho de 2017, por motivos profissionais, solicitando lhe seja relevada a falta bem como a sua substituição na sessão, nos termos legais e regimentais;-----
- Diversos jornais e revistas.”-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O *Sr. Presidente da Assembleia*, introduzindo o período em epígrafe, informou da existência de um voto de pesar, um voto de louvor, duas moções e quatro recomendações para serem discutidas – documentos estes que, nos termos regimentais, foram remetidos aos serviços de apoio ao funcionamento deste Órgão para serem apreciadas nesta sessão e que foram enviados, por correio eletrónico, aos membros da Assembleia.-----

Referiu que começaria por submeter à Assembleia o voto de pesar e de total solidariedade proposto pelo membro Filipe Moreira (CDU), a propósito da tragédia do incêndio de Pedrógão Grande, salientando que, antes do início da sessão, pediu autorização à CDU para propor que o voto pudesse ser assumido por toda a Assembleia Municipal, o que teve a anuência da CDU. Nessa medida, questionou aos restantes grupos municipais se estavam de acordo e, após constatar a concordância dos mesmos, passou a ler o voto de pesar e de total solidariedade, cujo teor se transcreve: -----

“Portugal voltou a ser assolado pela catástrofe dos incêndios, facto que deve levar toda a sociedade a exigir uma legislação mais adequada à realidade e exigências do meio com o reforço da fiscalização e de meios operacionais para a prevenção e combate aos fogos florestais. -----

Todavia, apesar do carácter cíclico dos incêndios florestais em Portugal, nos últimos anos, nunca antes tinha ocorrido uma catástrofe com as dimensões de perdas humanas, como recentemente se verificou na região de Pedrogão. À data da redação deste voto, as vítimas mortais são já mais de 60 e mais de 200 feridos. -----



Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 26 de junho de 2017, aprova um voto de pesar aos familiares das vítimas mortais da referida tragédia e manifesta-se totalmente solidária com as populações afetadas pelos incêndios, reconhecendo e saudando a coragem de todos os que combatem as chamas, nomeadamente bombeiros, militares e outros profissionais.”-----

Submetido o assunto a votação constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais –, estando presentes 36 dos 54 membros que compõem este Órgão, aprovar o voto de pesar e de total solidariedade em referência – ao que se seguiu o cumprimento de um minuto de silêncio.-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* referiu que o voto seria enviado a todas as câmaras e assembleias municipais que foram afetadas pela tragédia, com o pedido para que, se possível, o mesmo fosse dado a conhecer às pessoas afetadas.-----

Seguidamente, informou que concederia a palavra aos proponentes dos restantes documentos – voto de louvor, duas moções e quatro recomendações – para que fizessem a apresentação dos mesmos e que, posteriormente, daria a palavra a um representante de cada um dos grupos municipais para que se pronunciassem sobre tais documentos. -----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) para apresentar a recomendação cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Segundo a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), no final de 2016 existiam em Portugal Continental pouco mais de 31 mil bombeiros aptos para funções operacionais (quadros Ativo e de Comando), dos quais 22.796 voluntários, 7.958 profissionais e 262 elementos da Força Especial de Bombeiros. Relativamente aos profissionais importa ter em consideração que 6.226 enquadram-se em corpos de bombeiros detidos por Associações Humanitárias de Bombeiros e 1.732 em corpos de bombeiros detidos por Câmaras Municipais (Municipais e Sapadores). -----

Os dados anteriormente citados permitem-nos extrair duas conclusões, nem sempre percecionadas pela opinião pública. Primeiro: 74% do total de bombeiros aptos para ações de socorro às populações são voluntários. Segundo: 78% dos bombeiros profissionais existentes



no país, exercem a sua atividade em corpos de bombeiros de natureza voluntária. Escusado será mencionar a essencialidade das corporações de bombeiros no quotidiano de qualquer comunidade (independentemente da sua dimensão). Estas instituições de que ninguém coloca em causa o prestígio são, na sua maioria, compostas por mulheres e homens em regime de voluntariado, que dão do seu tempo, do seu esforço e muitas vezes a sua própria vida em prol dos outros e da sociedade em geral. -----

Se por diversas vezes as corporações não têm tido o apoio que realmente deveriam ter por parte do Estado Português, a verdade é que os incentivos às mulheres e homens que as integram de forma voluntária também não são os mais atrativos. Compreendendo que o que chama estas mulheres e homens à causa pública não são os incentivos, não se pode descorar que caso fossem mais revigorantes mais cidadãos poderiam aderir a esta causa. -----

No quadro da sociedade portuguesa não podemos interpretar o bombeiro como um outro qualquer voluntário. Este, pela especificidade da sua atividade, tem de ter um estatuto especial. Considera-se que no quadro legal existem alguns apoios, mas que no entender da CDU são manifestamente insuficientes para que estas mulheres e homens possam desempenhar as suas funções de forma mais liberta da opressão da vida quotidiana. -----

Entendemos que mesmo o seguro que cobre a atividades destes cidadãos é muitas vezes insuficiente para os riscos que estes correm no âmbito da atividade de bombeiro. Facto, que por diversas vezes, tem deixado bombeiros e familiares dos mesmos sem o apoio necessário. Neste quadro, e recordando que outros municípios já avançaram com iniciativas idênticas, dos quais se destaca Sabrosa, onde ser bombeiro vai valer, por exemplo, desconto de 50% do IMI, reduções de 50% nas taxas e licenças municipais de construção, reparação e ampliação de habitações e um apoio de 10 euros por dia na época de incêndios para os que nela participarem, fica dado o mote para que Santa Maria da Feira siga os mesmos passos. -----

Assim, nos termos legais e regimentais aplicáveis, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 26 de junho de 2017, recomenda à Câmara Municipal: -----

- A isenção do IMI (Imposto Municipal Imóveis) para todos os bombeiros voluntários do município de Santa Maria Feira que comprovadamente através do seu corpo de bombeiros cumpram as condições do seu exercício no corpo ativo, há mais de 3 anos, conforme refere o decreto-lei; -----
- Que os bombeiros voluntários do município de Santa Maria Feira, que comprovadamente



através do seu corpo de bombeiros cumpram as condições do seu exercício no corpo ativo, há mais de 3 anos, conforme refere o decreto-lei, tenham isenção de 50% nas taxas e licenças municipais de construção, reparação e ampliação de habitações;-----

• Que os bombeiros voluntários do município de Santa Maria Feira, que comprovadamente através do seu corpo de bombeiros cumpram as condições do seu exercício no corpo ativo, há mais de 3 anos, conforme refere o decreto-lei, tenham desconto de 50% no uso das infraestruturas desportivas municipais;-----

• Que os bombeiros voluntários do município de Santa Maria Feira, que comprovadamente através do seu corpo de bombeiros cumpram as condições do seu exercício no corpo ativo, conforme refere o decreto-lei, tenham um reforço do seguro da sua atividade reforçado pela Câmara Municipal.”-----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) para apresentar os documentos cujos teores, seguidamente, se transcrevem:-----

“RECOMENDAÇÃO: DISPONIBILIZAÇÃO DE TODA A DOCUMENTAÇÃO ASSOCIADA À CONTRATAÇÃO PÚBLICA DA AUTARQUIA-----

Numa democracia desenvolvida tudo o que se refere à gestão da coisa pública, seja qual for a entidade, deve ser passível de escrutínio público de uma forma simples e efetiva.-----

As taxas de abstenção nos diversos atos eleitorais e os baixíssimos níveis de confiança para com quem gere a coisa pública demonstram claramente que a democracia está a degradar-se acentuadamente. E uma democracia defende-se com a participação popular nos atos de tomada de decisão e com o acesso à informação.-----

Uma das partes significativas da gestão da coisa pública é a contratação pública, que tem regras, que necessitam de melhorias, mas de escrutínio quase impossível pela grande maioria da população.-----

Só a publicação de toda a documentação envolvida na tomada de decisão de uma contratação por parte de uma entidade pública, o acompanhamento da execução do objeto de contratação e da aceitação final da sua execução, possibilitará o efetivo escrutínio público, logo uma efetiva transparência em todo o processo.-----

Só a publicação da constituição do júri do concurso, incluindo seu currículo e declaração de interesses, resultados e critérios da avaliação do júri, votações e respetiva discussão nas



entidades competentes, caderno de encargos, dúvidas dos concorrentes e respetivas respostas e entidades convidadas a participar, possibilitará um escrutínio público e eficaz. -----

Hoje em dia quase só quem tem acesso a plataformas de contratação eletrónica consegue ter acesso aos cadernos de encargos dos concursos, sendo que ainda é muito recorrente ter de se deslocar às instalações da entidade que os promove para os poder consultar, tendo em muitos casos de desembolsar uma quantia significativa só para os consultar. -----

O recurso ao ajuste direto é muito exagerado e a justificação genérica para se recorrer a este tipo de procedimento é pouco transparente, refugiando-se em generalidades como: -----

“...a especificidade técnica da prestação de serviços é imprescindível que as entidades convidadas sejam detentoras de capacidade técnica adequada de forma a prestarem o serviço com os níveis de qualidade exigido”. -----

O que acontece é que na maior parte dos ajustes diretos só se convida uma entidade. E é óbvio que este procedimento não é transparente. -----

A Câmara Municipal de Santa Maria da Feira obteve o financiamento de um projeto, a concluir em 30/06/2018, no valor de 467.058,82 € para criar um novo portal municipal, e modernizar, uniformizar e desmaterializar os seus processos, ou seja, tem aqui uma inegável oportunidade de contribuir para a melhoria da democracia publicando de uma forma acessível toda esta informação acima referida. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira reunida em sessão ordinária de 26 de junho de 2017 recomenda: -----

A publicação no portal da autarquia da seguinte documentação, que deve ser de fácil acessibilidade e pesquisa, relativa à contratação pública: -----

1. Anúncio atempado da abertura de concursos; -----
2. Caderno de encargos aquando da abertura do concurso; -----
 - a) A sua publicação poderá ser efetuada apenas após a decisão final, se for apresentada uma razão atendível aquando da abertura do concurso; -----
3. Constituição do júri do concurso e os respetivos currículos e declaração de interesses; -----
4. Pedidos de esclarecimentos acerca do caderno de encargos e respetivas respostas; -----
5. Propostas apresentadas; -----
6. Avaliação do júri das propostas apresentadas e respetiva fundamentação; -----
7. Reclamações apresentadas pelos concorrentes e respetivas respostas por parte do júri; -----



8. Relatórios do acompanhamento da execução do objeto do contrato;-----
9. Documento de aceitação final da execução do objeto do contrato.”-----

“RECOMENDAÇÃO: APLICAÇÃO DE UM TARIFÁRIO SOCIAL NA ÁGUA NO CONCELHO DE SANTA MARIA DA FEIRA-----

Com a proposta do Bloco de Esquerda para a aplicação automática da tarifa social da água – à semelhança do que aconteceu com a tarifa social da eletricidade – conseguir-se-á fazer com que esta medida chegue a muitas mais pessoas no concelho e no país, garantindo um maior e melhor acesso a um bem essencial.-----

Esta é uma medida justa e com um impacto muito importante. Justa porque garante que todas as famílias elegíveis terão mesmo acesso a este apoio. Com um impacto importante porque representa uma poupança mensal e anual significativa para as pessoas com mais dificuldades económicas.-----

Agora depende unicamente dos municípios garantir a aplicação do tarifário social. Será incompreensível se a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira privar as famílias carenciadas do concelho de beneficiar deste apoio. Será incompreensível e censurável porque se o fizer é porque está completamente subjugada aos interesses da Indaqua e, para defender os interesses de um privado, vai prejudicar 8.742 famílias do concelho que têm direito à tarifa social.-----

Mas a verdade é que a Câmara parece estar a inclinar-se para mais uma vez tomar o lado dos interesses da Indaqua, prejudicando a população mais pobre e carenciada do concelho. Perante esta enorme injustiça a Assembleia Municipal deve tomar uma posição em defesa dos feirenses.-----

O Bloco de Esquerda questionou recentemente a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira sobre a aplicação da tarifa social da água no concelho. Na resposta a Câmara Municipal diz que “neste momento não está previsto a aplicação de uma tarifa social”.-----

Nessa resposta foi revelado ainda que a Câmara, no âmbito do programa ‘Concelho Solidário’, apoiou apenas 11 agregados familiares no âmbito da fatura da água, e apoiou 13 titulares do cartão feira sénior com um desconto de 15% sobre as taxas mínimas fixas da água. Ou seja, o apoio chegou apenas a 24 agregados quando existem quase 9000 famílias que poderiam ser elegíveis a um tarifário social se ele fosse aplicado no município. Se o concelho



continuar a seguir esta política, continuarão a existir milhares de agregados sem apoio quando necessitariam do mesmo.-----

Por isso, é urgente modificar as políticas municipais e aplicar, de imediato, um tarifário social.-----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira reunida em sessão ordinária de 26 de junho de 2017 recomenda a aplicação do tarifário social na água no concelho, a ser aplicado de forma automática.”-----

“RECOMENDAÇÃO: ALTERAR O REGULAMENTO DA UTILIZAÇÃO DA MARCA GOOD MAKERS, SANTA MARIA DA FEIRA, PORTUGAL, DE FORMA A RESPEITAR E PROMOVER AS MELHORES PRÁTICAS LABORAIS-----

O Presidente da Câmara Municipal diz agora que quer criar empregos bem remunerados em Santa Maria da Feira. Registamos que admite que até agora Santa Maria da Feira tem privilegiado essencialmente os baixos salários e mão de obra barata.-----

Não é por acaso que o nosso concelho continua a ser um dos que tem menor poder de compra, abaixo da média nacional, na posição 104, com um índice de 84,7.-----

E não é por acaso que não conseguiu reter nem fixar os jovens licenciados ou trabalhadores com mais qualificações, a maior parte dos quais teve que procurar emprego fora do concelho porque em Santa Maria da Feira apenas encontrava baixos salários e precariedade. Agora reconhece que uma das dificuldades para atrair empresas mais diferenciadas é a falta de mão de obra qualificada.-----

Se o Presidente da Câmara Municipal está a falar a sério e quer mesmo fazer a rutura com a sua própria política que tão maus resultados deu, então tem que ser consequente e não ficar apenas pelas palavras. Pode começar por alterar o regulamento da utilização da marca Good Makers, apenas permitindo a utilização desta marca a empresas que respeitem e promovam os direitos dos trabalhadores, que fomentem salários acima da média e estabilidade laboral.-----

A verdade é que este regulamento, apresentado pela Câmara, não promove, de forma alguma, os salários condignos e a melhoria das condições de trabalho.-----

Essa foi, aliás, a crítica que o Bloco de Esquerda fez a este regulamento. Se a ideia é distinguir ideias pelas suas boas práticas, então só quem tenha efetivamente boas práticas é que deve poder utilizar esta marca.-----



Atualmente, o regulamento é completamente omissivo: exige apenas a ausência de dívidas ao município e que a sede fiscal ou instalações físicas estejam localizadas em Santa Maria da Feira, e pouco mais do que isso. -----

Dever-se-ia prever, no mínimo, para utilização da marca Good Makers, 1) que as empresas tenham sede fiscal no concelho, 2) não tenham dívidas à segurança social e às finanças; 3) não tenham cadastro na Autoridade para as Condições do Trabalho; 4) que privilegiem vínculos permanentes de trabalho, em vez do recurso a estágios, contratos emprego inserção e contratos a termo certo; 5) que promovam salários acima da média e de acordo com as qualificações dos trabalhadores; 6) que respeitem as condições de higiene e segurança no trabalho e os direitos laborais.-----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira reunida em sessão ordinária de 26 de junho de 2017 recomenda a alteração do regulamento da utilização da marca Good Makers, Santa Maria da Feira, Portugal, de forma a respeitar e promover as melhores práticas laborais, no sentido do que é proposto no atual documento.” -----

Sobre esta recomendação, o membro Moisés Ferreira pediu autorização à Mesa para fazer uma pequena alteração, por solicitação de um dos partidos, ao teor do ponto 5 do penúltimo parágrafo, no sentido de que onde diz “que promovam salários acima da média e de acordo com as qualificações dos trabalhadores”, passe a dizer “que promovam salários de acordo com as qualificações dos trabalhadores” – o que teve a anuência da Mesa.-----

“MOÇÃO: CRIAÇÃO DE UMA COMISSÃO PARA A ELABORAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE BEM-ESTAR ANIMAL -----

A dignidade dos animais, nomeadamente do seu direito à vida e à integridade física, psicológica e mental, constituindo um facto incontestável, tem vindo a ser reconhecida de forma transversal nas sociedades humanas. -----

O referido reconhecimento é fruto de diversos elementos dos quais se podem destacar, designadamente, a integração plena dos designados “animais de companhia” como membros de famílias humanas, a crescente desumanização e crueldade associada a métodos intensivos de criação, exposição e exploração animal, os movimentos filosóficos dos direitos dos animais que derrubaram as anteriores conceções que “coisificam” os animais e as mais recentes descobertas e estudos científicos que comprovam de forma incontroversa que os



animais são não só sencientes – isto é, são capazes de sentir dor, desconforto, stress, angústia e sofrimento – mas, muitos deles, são também seres conscientes, com capacidade de autoconsciência, de memória, de aprendizagem e de perceção da sua vida e do seu futuro. -----

A este respeito, a consciência dos animais é já facto científico incontestado, tendo sido objeto da mundialmente conhecida Declaração de Cambridge de 2012, na qual cientistas na área das neurociências declararam, pela primeira vez, que animais não-humanos (designadamente mamíferos, aves e polvos) possuem os substratos neurológicos, neuroanatômicos, neuroquímicos e neurofisiológicos de estados de consciência em linha com a capacidade de exibir comportamentos intencionais. -----

A condescendência e tolerância perante atos de violência contra animais são, em suma, inaceitáveis nas sociedades atuais e estão em contracorrente do desenvolvimento civilizacional e cultural, dos novos valores éticos e, sobretudo, do novo quadro de conhecimento científico sobre os mesmos, sobre a sua senciência e a sua consciência. -----

A competência dos municípios em áreas como a educação, a cultura, tempos livres, ambiente e promoção do desenvolvimento integra, evidentemente, o direito de promover o bem-estar animal, de sancionar atos de violência contra animais e de sujeitar a autorização diversas atividades que envolvem animais. -----

O município de Santa Maria da Feira tem o dever de garantir a devida proteção dos animais no território do seu município, sancionando devidamente os maus tratos a animais, implementando programas de controlo de populações de animais de acordo com os mais exigentes critérios de bem-estar, e promovendo uma verdadeira integração dos animais de companhia nas comunidades humanas em benefício de ambos. -----

Assim sendo, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida no dia 26 de junho de 2017 delibera o seguinte:-----

1. A criação de uma comissão para a elaboração de um regulamento municipal de bem-estar animal;-----
2. Esta comissão é constituída por um representante de cada partido com assento na Assembleia Municipal e por um elemento por cada associação sediada no concelho que trabalhe na defesa e no bem-estar animal;-----
3. Esta comissão apresentará na próxima Assembleia Municipal uma proposta de regulamento municipal para ser discutida e votada.”-----



[Handwritten signature and initials]

“MOÇÃO: SANTA MARIA DA FEIRA, MUNICÍPIO LIVRE DE TOURADAS -----

A tourada é um ato bárbaro e cruel, de extrema violência sobre o animal, provocando-lhe sofrimento inimaginável, ferimentos graves e posterior morte. A promoção do sofrimento animal como forma de entretenimento é inadmissível numa sociedade que se quer moderna e que queira pertencer ao séc. XXI. -----

A recente tentativa de se realizar tourada em Lourosa, surpreende por ser contrária a tudo o que deve ser cultura e entretenimento e por estar completamente em contraciclo com a evolução social e cultural exigida para o nosso século. Numa altura em que vários países ou regiões estão a abolir este ato de puro sadismo – não podemos permitir que em Portugal, e em particular no concelho de Santa Maria da Feira, a violência vire cultura. -----

O concelho tem que ser firme e declarar-se município livre de touradas, para dar a mensagem clara que em Santa Maria da Feira não será permitida a realização de touradas ou de outros eventos que vivam e explorem a violência e o sofrimento animal. -----

Este é o momento de escolher a cultura contra a violência, o entretenimento contra o sofrimento. Por isso entendemos que a realização de espetáculos com animais que impliquem o seu sofrimento físico ou psíquico não pode ser alvo de apoio institucional, ou seja, que nenhum recurso ou apoio público pode contribuir para este tipo de práticas. -----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida no dia 26 de junho de 2017 delibera: -----

Declarar o município de Santa Maria da Feira como um município livre de touradas.” -----

Interveio o membro *Daniel Gomes* (PS) para apresentar o voto de louvor cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“No presente mês de junho do ano de 2017, assistimos a uma estonteante vitória unionista, em Gibraltar, local em que se realizou o Campeonato Europeu de Hóquei em Campo II (Eurohockey Club Champions Challenge II). Apesar das constantes vitórias, de elevado gabarito e promotoras de enorme prestígio, a que nos têm habituado, designadamente as conquistas no Eurohockey Club Champions Challenge IV em Santa Maria de Lamas, localidade organizadora da competição, e da vitória na Eslovénia do Eurohockey Club Champions Challenge III, a conquista no enclave britânico permitiu aos lamacenses acenar com a conquista do tricampeonato europeu, um feito realmente impressionante para o



desporto em Santa Maria da Feira. -----
Nunca é de mais salientar o amadorismo da modalidade em Portugal, fortemente compensado pelo brio com que afincadamente dirigentes e atletas se envolvem para superarem as dificuldades técnicas e financeiras tão comuns a este nível e em particular no concelho de Santa Maria da Feira. -----

Por isso, seria menosprezar o esforço de todos os envolvidos se, neste momento de regozijo, apenas nos ficássemos por palavras elogiosas. Este é o momento de voltar a salientar a importância para esta modalidade e para o desporto em Santa Maria de Lamas e, concomitantemente em Santa Maria da Feira, do aprimoramento das condições infraestruturais com que o Clube de Futebol União de Lamas – Hóquei pode e deve contar. ----
As sucessivas promessas devem deixar de ser levadas pelo vento e passarem a constituir uma realidade bem presente no quotidiano dos unionistas. -----

Deste modo, os subscritores deste voto propõem o reconhecimento: -----

1. dos elevados serviços desportivos alcançados pelos atletas, técnicos, dirigentes e da comunidade envolvida no Clube Futebol União de Lamas – Hóquei, -----
2. da imperiosa necessidade de se apetrechar as instalações desta coletividade com mais condições para fomentar a prática da modalidade e incrementar a sua atratividade para a realização de provas nacionais e internacionais.” -----

Interveio o membro *Válter Amorim* (CDS-PP) que começou por aludir ao voto de louvor ao Clube de Futebol União de Lamas – Hóquei, proposto pelo grupo municipal do PS, para dar nota que o CDS-PP iria acompanhar, com muita satisfação, dizendo considerar que se deve valorizar aquilo que é um feito inédito e que traz bom nome não apenas à freguesia de Santa Maria de Lamas, mas ao concelho de Santa Maria da Feira. -----

Sobre a recomendação da CDU em relação aos bombeiros salientou que, tal como proferiu em anteriores ocasiões, o voluntariado não se restringe aos bombeiros e que outros voluntários devem ser valorizados e tudo deve ser feito para criar condições para que isso aconteça. Referiu que, independentemente disso, a recomendação traduz alguns melhoramentos face aos documentos discutidos em sessões anteriores sobre a mesma matéria, como seja a utilização de um seguro para complementar o existente. Disse que tal seguro não cobrirá aquilo que é o mais relevante, que são as perdas de vida, mas que pode servir para diversas situações, como



na situação de lesões que ficam para toda a vida dessas pessoas que estiveram ao serviço dos outros, focando que nessa parte há um défice importante no seguro existente que é importante corrigir. Fez notar que, portanto, iria acompanhar a recomendação. -----

Sobre a recomendação do BE respeitante à alteração do regulamento da utilização da marca Good Makers referiu que, após a alteração ao texto mencionada pelo proponente da mesma, também a iria acompanhar, salientando que, para o CDS-PP, mais importante do que promover o emprego é promover um emprego com qualidade, que preconize também responsabilidade social às empresas. Disse ser indiscutível que é preciso atrair investimento mas não a qualquer custo, acrescentando que é preciso implicar às empresas a necessidade de respeitarem as qualificações dos profissionais e, dessa forma, não tentarem esmiuçar os seus vencimentos. -----

Em relação a Santa Maria da Feira ser um município livre de touradas, fez notar que também iria votar favoravelmente essa moção. -----

Quanto à recomendação para a aplicação de um tarifário social na água disse ser algo que o CDS-PP também vem defendendo porque considera importante agir e intervir nas pessoas que têm mais dificuldades. Salientou que a aplicação de um tarifário social é uma boa solução para que muitos feirenses, que têm graves problemas, possam efetivamente verem corrigidos esses défices e terem pelo menos mais uma ajuda. -----

Sobre a moção relativa à criação de uma comissão para a elaboração do regulamento municipal de bem-estar animal, disse entender que a criação de uma comissão não iria resolver o problema e não iria trazer nada de novo, destacando que, na sua opinião, o que é preciso é discutir essa matéria de forma ampla, com todos os partidos, para definir as ações e intervenções. Deu nota que, por essa razão, não iria acompanhar essa moção. -----

Em relação à questão da disponibilização de toda a documentação associada à contratação pública disse compreender aquilo que o BE pretende, compreender que é importante haver melhor comunicação entre o Município e os seus cidadãos, pelo menos aqueles a quem deve respostas, mas que, no entanto, também entende que o acesso total e pleno a todo um conjunto de documentação pode pôr em causa alguns dos direitos que as empresas, os cidadãos e a própria autarquia têm. Disse que, apesar de reconhecer que existem situações em que é importante disponibilizar a informação, há todo um conjunto de premissas que devem ser individuais, que devem ser trabalhadas no próprio sítio, no caso, na Câmara Municipal, pelo



que, por essa razão, não iria acompanhar essa recomendação. -----

Interveio o membro *José Manuel Leão* (PSD) que, aludindo à recomendação da CDU sobre os bombeiros, disse que a mesma faz todo o sentido e que não foi o grave incêndio recentemente ocorrido na região de Pedrógão Grande que o fez mudar de opinião, realçando que sempre teve o máximo respeito e admiração pelo trabalho desenvolvido pelos bombeiros e que basta-lhe conhecer a realidade existente no concelho de Santa Maria da Feira para perceber que os bombeiros têm de ser tratados de uma forma especial. -----

No âmbito desse assunto salientou que não fosse a Câmara estar a ultimar um regulamento sobre o voluntariado no Concelho, o qual, pelo que sabe, está previsto ser submetido a apreciação dos órgãos autárquicos ainda no presente mandato, e o grupo municipal do PSD votaria favoravelmente a recomendação. Referiu haver todo um trabalho que está feito, que envolveu muita comunicação entre as várias instituições que têm voluntariado, e que não faz sentido ser alterado, dizendo ser essa a razão pela qual o grupo municipal do PSD não votaria favoravelmente essa recomendação. -----

Sobre a recomendação relativa à aplicação de um tarifário social na água, apresentada pelo BE, disse ser demagogia dizer-se que em vez de 20 famílias passariam a ser apoiadas mais de 8.000, salientando não haver almoços grátis e que tais custos teriam que ser pagos por alguém. Sublinhou que, ao nível da ação social, o trabalho desenvolvido pela Câmara tem sido exemplar, que é reconhecido a nível nacional e que muitos municípios até o têm tentado copiar, como é o caso dos Fóruns Sociais de Freguesia, comentando que em lado nenhum está a ser feito melhor do que em Santa Maria da Feira e que, por essa razão, o grupo municipal do PSD votaria contra a recomendação. -----

Sobre a moção relativa à criação de uma comissão para a elaboração do regulamento municipal do bem-estar animal, disse que nem sequer iria gastar o seu latim com essa questão, questionando para que serviria tal comissão. -----

Em relação à recomendação sobre a alteração do regulamento da utilização da marca Good Makers, disse que a mesma apenas pretende denegrir uma iniciativa que é louvável, que tem tido o êxito que tem tido e que é aplaudida a nível nacional, pelo que o grupo municipal do PSD a iria votar contra. -----

Sobre a disponibilização de toda a documentação associada à contratação pública, salientou



que toda a informação necessária está na plataforma eletrónica da contratação pública, pelo que o grupo municipal do PSD também votava contra essa recomendação. -----
Quanto à moção a declarar Santa Maria da Feira um município livre de touradas, informou que o grupo municipal do PSD ia votar favoravelmente essa iniciativa do BE. -----
Concluindo a sua intervenção aludiu ao voto de louvor apresentado pelo grupo municipal do PS, ao Clube Futebol União de Lamas – Hóquei, para dar nota que o grupo municipal do PSD se associava ao mesmo e que se congratulava por mais essa vitória alcançada no Campeonato Europeu de Hóquei em Campo II, dizendo esperar que o Clube Futebol União de Lamas – Hóquei continue na senda das conquistas e continue a dar alegrias aos feirenses. -----

Saiu o Sr. Presidente da Assembleia, Amadeu Albergaria, tendo passado a presidir à sessão a Sr.ª Primeira Secretária da Mesa, Maria José Santos. -----

A Sr.ª Presidente da Assembleia em exercício, dada a necessidade de completar a Mesa, convidou o membro Paulo Marques de Oliveira para o efeito – o qual aceitou e tomou o seu lugar na Mesa. -----

Posto isto, dando continuidade aos trabalhos, passou a palavra ao membro Filipe Moreira. -----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que, começando por aludir aos documentos apresentados pelo BE, disse, quanto à recomendação para alterar o regulamento da utilização da marca Good Makers, que um dos reparos que tinha a fazer prende-se com a alteração ao teor da mesma que o proponente da recomendação solicitou, ressaltando que no entendimento da CDU os salários devem ser pagos de acordo com aquilo que os trabalhadores contribuem, de acordo com o seu valor, comentando que esse valor também advém da formação dos trabalhadores e o salário deve ser pago em consonância. -----

Referiu que não se podia esperar que o PSD fosse votar favoravelmente a recomendação porque o PSD tem a tradição, em Santa Maria da Feira, de não pagar os salários na média, de pagar os salários abaixo da média, fazendo notar que os monitores de verão que vão trabalhar para a Câmara Municipal vão receber 615 euros por sete semanas de trabalho, das 9h00 às 17h30, o que dá 2,17 euros por hora. Salientou que esses monitores são, na sua maioria, jovens e com formação, que são professores, licenciados em educação física, licenciados em assistência social, e que vão receber 2,17 euros por hora, ou seja, tanto quanto recebem



algumas crianças na Indonésia a fazer as roupas de marca que os ocidentais tanto gostam de vestir.-----

Relativamente à questão do Município livre de touradas deu nota que a CDU, evidentemente, está de acordo e alinhada com o BE nessa matéria, e que o mesmo se passa em relação à moção pela criação de uma comissão para a elaboração do regulamento municipal de bem-estar animal. -----

Sobre a disponibilização de toda a documentação associada à contratação pública da autarquia, disse ser verdade que os contratos são publicados no site da contratação pública mas que o mesmo é extremamente confuso, realçando que se essa informação fosse publicada no site da Câmara Municipal, numa secção própria, seria muito mais fácil para os cidadãos feirenses poderem consultar esses documentos. -----

Quanto ao voto de louvor proposto pelo grupo municipal do PS disse que a CDU está completamente de acordo, como não podia deixar de ser. -----

Em relação à recomendação que ele próprio apresentou relativamente aos bombeiros, referiu que se o PSD está a elaborar uma proposta então que deveria ter envolvido os restantes partidos na discussão porque sabia que todos tinham propostas a apresentar. Disse que a questão que fica é quando é que esse documento será tornado público, comentando querer ver aquilo que o PSD está a cozinhar. Salientou que também era interessante saber que o PSD até iria votar a favor a recomendação da CDU caso não estivesse já a preparar um documento quando, no presente mandato, o PSD já votou contra, por duas vezes, o mesmo documento. ---

Concluindo disse que queria lançar um repto aos dois membros da Assembleia Municipal que são também deputados na Assembleia da República. Referiu que se uma pessoa que ficou deficiente nas forças armadas, no cumprimento do seu dever, tem direito a apoio social, um bombeiro que fica deficiente ao defender a sua nação deve ter o mesmo direito, salientando que deixava esse repto para que se iniciasse a discussão e algo fosse feito nesse sentido.-----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que, aludindo à recomendação apresentada pela CDU sobre o apoio aos bombeiros, disse que o BE a acompanhava, tal como acompanhou outras no passado sobre a mesma matéria, recordando que o próprio BE já havia apresentado uma proposta que apontava no mesmo sentido, pelo que considerava a recomendação mais do que justa. -----



Referiu não ter percebido muito bem quando o membro José Leão disse que o regulamento estava quase pronto e que se fosse para incorporar as propostas constantes da recomendação isso alteraria o trabalho já realizado, questionando se isso significa que tais propostas não vão estar incluídas no regulamento. -----

Sobre a aplicação de um tarifário social na água e quanto à questão de que não há almoços grátis, disse que seria exatamente a Indaqua Feira quem pagaria, comentando não perceber qual é o problema que o PSD tem em colocar a Indaqua Feira a pagar para garantir que quase 9.000 famílias do Concelho paguem menos pela água.-----

Quanto a dizer-se que a ação social da Câmara é exemplar, salientou que somente 24 agregados familiares são apoiados pela Câmara no que respeita ao pagamento da fatura da água e que a aplicação de uma tarifa social apoiaria quase 9.000 agregados familiares. Frisou que, portanto, pelo menos no que toca à tarifa social da água, a ação social da Câmara é exemplarmente baixa. -----

Sobre a utilização da marca Good Makers disse ter ficado perplexo por o PSD considerar que ter um regulamento que promove os direitos laborais é denegrir o regulamento que rege a utilização dessa marca. Referiu que talvez fosse preciso explicar de que forma é que se denigre o regulamento ao dizer-se que as empresas têm que promover salários condizentes com a qualificação dos trabalhadores, que não podem ter cadastro na Autoridade para as Condições de Trabalho ou que têm de respeitar as regras de higiene e segurança. Comentou que só quem quer uma espécie de economia de escravatura, sem direitos laborais, é que pode considerar que tais propostas servem para denegrir o regulamento.-----

Em relação à recomendação sobre a disponibilização de toda a documentação associada à contratação pública, questionou o porquê da Câmara Municipal não querer publicar essa informação e, desse modo, ser mais transparente. Disse ser sabido que a Câmara Municipal, agora e no passado, é useira e vezeira em usar e abusar dos ajustes diretos, ressaltando que o grupo municipal do PSD certamente ainda teria tempo para explicar o porquê de não querer que a Câmara seja mais transparente e não querer que as pessoas percebam porque é que a Câmara escolhe, nos ajustes diretos, uma proposta e não outra. -----

Usou da palavra a deputada municipal *Margarida Gariso* (PS) que, começando por referir-se aos documentos apresentados pelo BE, disse, quanto à recomendação sobre a aplicação de um



tarifário social na água, que o grupo municipal do PS não podia deixar de a acompanhar. Salientou não ver razão para que, no Concelho, haja pessoas que por não terem meios financeiros possam ser impedidas de ter acesso a um bem essencial como é a água, realçando que na eletricidade já é aplicado um tarifário social e que esse também é um serviço atribuído a privados.-----

Relativamente à recomendação para alteração do regulamento da utilização da marca Good Makers referiu que a mesma representa uma melhoria, realçando que se a pretensão é ter trabalho qualificado no Concelho então que devem ser premiados aqueles que melhores práticas têm neste domínio e que redundam, essencialmente, no cumprimento dos direitos laborais dos trabalhadores já existentes, acrescentando que a Câmara simplesmente tem de estar vigilante e premiar as melhores práticas.-----

Em relação à moção por Santa Maria da Feira ser um município livre de touradas, deu nota que o grupo municipal do PS acompanha porque o Concelho não tem tal tradição e porque não há qualquer justificação para introduzir uma tradição que representa sofrimento para os animais.-----

Quanto à criação de uma comissão para a elaboração do regulamento municipal de bem-estar animal, frisou que o grupo municipal do PS acha essa moção muito positiva pelo que a iria acompanhar. Disse ser sabido que saiu legislação que vem alterar a forma como os animais domésticos têm de ser tratados, em que diz que a partir de 2018 o abate deixará de ser feito da forma como vem sendo realizado, pelo que é preciso envolver todas as associações de proteção dos animais, o canil intermunicipal e o canil municipal para encontrar soluções para este problema. -----

No respeitante à disponibilização de toda a documentação associada à contratação pública da autarquia na plataforma da Câmara Municipal, disse que o grupo municipal do PS está inteiramente de acordo com essa recomendação. Salientou não ser por acaso que, no Índice da Transparência Municipal, o município de Santa Maria da Feira se encontra na posição 214, num universo dos 308 municípios, tendo baixado, de 2015 para 2016, 36 posições. Fez notar que o Município obteve a pontuação de zero no acesso à informação sobre contratação pública, comentando que quem não deve não teme, que é inteiramente favorável ao aumento da transparência no Município pelo que, daí, só pode estar de acordo com esta medida porque representa, também, uma prestação de contas que tem que ser dada a todos os feirenses.-----



Relativamente à recomendação da CDU sobre o apoio a dar aos bombeiros do Município, disse que o grupo municipal do PS iria ser coerente, apoiando a recomendação. Disse estranhar que durante mais de três anos o PSD tivesse andado a chumbar, nesta Assembleia Municipal, todas as propostas que foram apresentadas no mesmo sentido e, para espanto, a quatro meses das eleições, venha dizer que está a ser feito um regulamento.-----

Concluindo, disse que o PSD teve a possibilidade de apoiar esses anteriores documentos que foram presentes à Assembleia Municipal, acrescentando que se o PSD tivesse uma atitude democrática mais humilde, e estando a elaborar um regulamento, teria envolvido os partidos políticos, comentando que ninguém sabe tudo e que essa atitude do PSD representa uma arrogância de quem está no poder e acha que pode tudo. -----

Interveio novamente o membro *José Manuel Leão* (PSD) que começou por esclarecer, quanto à recomendação da CDU sobre os bombeiros, que quem está a elaborar o regulamento é a Câmara Municipal e não o PSD. Frisou que, pela informação que dispõe, esse regulamento está a ser ultimado, dando nota que é por uma questão de prudência que não se garante que o mesmo vai ficar concluído ainda no presente mandato. -----

Salientou querer dizer ao membro *Moisés Ferreira* que a ação social da Câmara não se esgota na redução do preço da água, que é um trabalho muito mais amplo que passa, por exemplo, por arranjar emprego para as pessoas, por acolher crianças e colocá-las a praticar desporto, por dar auxílio alimentar, ou seja, por dar todo o tipo de auxílio que for detetado ser necessário.-----

Concluindo, o membro *José Leão* realçou que ação social não é dar uma tarifa especial a 8.000 famílias, destacando que se assim fosse não eram precisos os Fóruns Sociais de Freguesia, sublinhando serem esses Fóruns que detetam quais são as necessidades de cada família e atuam em função dessas necessidades. -----

De seguida, usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os devidos esclarecimentos. Referiu, em relação à recomendação sobre os bombeiros, que um dos aspetos porque a Câmara ainda não apresentou a proposta de regulamento é porque aguarda pela resposta de algumas entidades, informando haver a intenção de dar alguns descontos sobre alguns serviços. -----



Em relação à comparação feita entre os benefícios dados aos deficientes das forças armadas pelos serviços que prestaram à pátria e aquilo que é dado aos bombeiros, disse considerar ser uma boa matéria para o Governo fazer publicar, fazendo sobressair que dar benefícios em termos de pensões e segurança social é uma competência do Governo e não da Câmara Municipal.-----

Quanto à criação de uma comissão para a elaboração do regulamento municipal de bem-estar animal, deu nota que o Governo está a publicar legislação sobre a matéria e que seria redundante criar uma comissão para o mesmo assunto.-----

Em relação à questão das touradas realçou que, apesar de recentemente a Câmara ter conseguido evitar a realização de uma tourada em Santa Maria da Feira, o licenciamento das touradas é matéria do Governo e não da Câmara Municipal, recomendando ao Parlamento que legisle em conformidade com essa vontade.-----

Relativamente à questão da contratação pública disse que estavam a ser insinuadas coisas que não são verdadeiras, informando que no site da Câmara Municipal existe um link, na parte da contratação pública, que remete para a plataforma eletrónica de contratação pública, e que ali está toda a informação. Referiu que a Câmara não pretende andar a repetir, no seu site, aquilo que já está publicado nessa plataforma, comentando não perceber o porquê da perturbação de alguns dos deputados municipais quanto a isso.-----

Entraram – no decorrer da discussão do voto de louvor, das moções e recomendações – os membros José Carlos Silva, Manuel Coimbra, Armando Teixeira, Rui Ribeiro, Juliana Rocha, Adriana Cardoso, Jorge Ferreira, Gastão Valente, António Valdemar Ribeiro, Maria de Fátima Oliveira, Rui Alves Rios, Manuel Ferreira Santos, Márcio Correia e Eduardo Rocha. -

Posto isto, a *Sr.ª Presidente da Assembleia em exercício* submeteu a votação os documentos a seguir identificados, tendo-se verificado os seguintes resultados:-----

– Recomendação apresentada pelo membro Filipe Moreira (CDU) sobre o apoio aos bombeiros voluntários do Município”:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 21 votos a favor (PS: 18, CDU, BE, CDS-PP) e 28 votos contra (PSD), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----



– *Voto de Louvor apresentado pelo membro Daniel Gomes (PS) ao Clube Futebol União de Lamas - Hóquei:*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais –, estando presentes 49 dos 54 membros que compõem este Órgão, aprovar o voto de louvor em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

– *Recomendação apresentada pelo membro Moisés Ferreira (BE) intitulada “Disponibilização de toda a documentação associada à contratação pública da autarquia”:*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 18 votos a favor (PS: 16, CDU, BE), 29 votos contra (PSD: 28, CDS-PP) e 2 abstenções (PS – Rui Alves Rios e Maria Manuela Teixeira), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

– *Recomendação apresentada pelo membro Moisés Ferreira (BE) intitulada “Aplicação de um tarifário social na água no concelho de Santa Maria da Feira”:*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 20 votos a favor (PS: 17, CDU, BE, CDS-PP), 28 votos contra (PSD) e 1 abstenção (PS – Maria Manuela Teixeira), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

– *Recomendação apresentada pelo membro Moisés Ferreira (BE) intitulada “Alterar o regulamento da utilização da marca Good Makers, Santa Maria da Feira, Portugal, de forma a respeitar e promover as melhores práticas laborais”:*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 19 votos a favor (PS: 16, CDU, BE, CDS-PP), 28 votos contra (PSD) e 2 abstenções (PS – Valdemar Silva e Maria Manuela Teixeira), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

– *Moção apresentada pelo membro Moisés Ferreira (BE) intitulada “Criação de uma comissão para a elaboração do regulamento municipal de bem-estar animal”:*-----



A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 17 votos a favor (PS: 15, CDU, BE), 29 votos contra (PSD: 28, CDS-PP) e 3 abstenções (PS – Rui Alves Rios, Valdemar Silva e Maria Manuela Teixeira), rejeitar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *Moção apresentada pelo membro Moisés Ferreira (BE) intitulada “Santa Maria da Feira, município livre de touradas”*: -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais –, estando presentes 49 dos 54 membros que compõem este Órgão, aprovar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

De seguida, a *Sr.ª Presidente da Assembleia em exercício*, uma vez não esgotado o tempo regimental estabelecido para este Período de Antes da Ordem do Dia, abriu as inscrições para o caso de algum membro querer intervir para, por exemplo, colocar alguma questão à Câmara. Feitas as inscrições à Mesa, passou a palavra ao membro Moisés Ferreira. -----

Interveio o membro *Moisés Ferreira (BE)* para pedir alguns esclarecimentos à Câmara Municipal, começando por questionar qual o montante dos apoios já concedidos para a colocação de relvados sintéticos, quantas entidades foram apoiadas e a quem estava a ser comprado o material. -----

Referiu, de seguida, que o BE teve conhecimento que esteve aberto um concurso para a constituição de equipas de sapadores florestais e que o município de Santa Maria da Feira, apesar de ter uma área florestal grande e de ser o município do distrito de Aveiro com mais ignições, não concorreu para ter uma dessas equipas, pedindo esclarecimentos sobre essa situação. -----

Disse que a terceira questão prendia-se com um concurso publicitado no site da Câmara Municipal para a contratação de monitores e de professores para o verão, a pagar 615 euros por 7 semanas de trabalho, ou seja, 2,19 € por hora. Salientou que tal montante fica bastante abaixo do salário mínimo nacional, questionando ao Sr. Presidente da Câmara qual a justificação para que esse pagamento não respeite sequer o salário mínimo nacional. -----

Salientou que a última questão tinha a ver com uma questão já levantada pelo BE no passado,



9.
1/4
C

relacionada com a empresa Winner Advantage, Lda., localizada em Paços de Brandão. Referiu que o BE já questionou, por escrito, a Câmara Municipal sobre esse assunto porque existem várias queixas dos moradores contra essa empresa, devido à poluição que a mesma provoca. Salientou que a Câmara Municipal, a uma das questões colocadas pelo BE, respondeu dizendo que não sabia onde ficava situada a empresa, comentando, sobre tal resposta, achar curioso que o Ministério da Saúde e o próprio Delegado de Saúde tenham encontrado a empresa com base na mesma informação, e a Câmara Municipal não a tenha encontrado.-----

Fez notar que o Ministério da Saúde, mesmo ficando em Lisboa, encontrou a empresa e detetou nela inúmeras irregularidades, e que, para além disso, referiu que a entidade responsável pelo licenciamento e acompanhamento dessa empresa é a própria Câmara Municipal. Concluindo, perguntou se a Câmara Municipal já conseguiu, entretanto, encontrar a empresa, se detetou nela irregularidades e o que vai fazer para que sejam colmatadas.-----

Interveio o membro *António Santos* (PS) que começou por aludir à Rua da Portela, em Lobão, salientando que a mesma tem rede de saneamento em quase toda a sua extensão mas que existem, nessa rua, 24 casas que não podem fazer a ligação à rede de saneamento, embora possam ligar à rede de abastecimento de água. Referiu que contiguamente a essa rua existe a Travessa da Vareira, com 6 casas nas mesmas circunstâncias, questionando à Câmara o porquê dessa situação dado que o saneamento dessas ruas pode ser ligado à rede existente na Rua Dr. Mota Pinto, a cerca de 10 metros de distância.-----

De seguida disse que o Sr. Presidente da Câmara, numa sessão pública que realizou em Lobão, fez referência à conclusão de várias obras do Concelho, entre as quais a Rua de São Miguel. Salientou ser preciso saber que essa rua esteve parada durante 15 ou 16 anos, sacrificando toda aquela população, mas que tinha que reconhecer que o Sr. Vereador Vítor Marques, do pelouro das obras municipais, conseguiu levar a carta a Garcia, contrariamente ao que ele próprio – António Santos – vaticinava no início do mandato.-----

Salientou no entanto que, nessa Rua de São Miguel, há pormenores a resolver, salientando que as tampas do saneamento dessa rua fazem um chinfrim dia e noite, incomodando muito, comentando que tal barulho poderá ser provocado pela falta de qualidade do material usado, pelo que solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que mandasse averiguar essa situação. -----



Concluindo a sua intervenção, e ainda relativamente à Rua de São Miguel, disse que a mesma tem uma vaga que pode provocar acidentes graves, questionando de quem seria a responsabilidade caso tal aconteça, alertando a Câmara para essa situação. -----

Interveio o membro *Manuel Amorim Duarte* (PS) que aludiu à recomendação aprovada pela Assembleia Municipal na sessão de setembro de 2015, sobre a criação de uma rotunda no Picoto, para recordar que, a propósito dessa recomendação, questionou à Câmara Municipal, na sessão da Assembleia do passado mês de abril, o que foi feito para dar cumprimento a essa recomendação. Voltou a questionar o que foi feito pela Câmara Municipal, desde abril último, para cumprir essa recomendação aprovada pela Assembleia Municipal. -----

Referiu, relativamente à resposta dada pelo Sr. Presidente da Câmara nessa sessão de abril de 2017, no sentido de que não há espaço suficiente e que há um declive que impossibilita a construção da rotunda, que a questão do declive não causa, na sua opinião, qualquer inconveniente, comentando haver rotundas a funcionar nessas circunstâncias em São Paio de Oleiros; em Gondesende – Esmoriz; na saída da A1, nas antigas portagens em Grijó; junto aos Bombeiros dos Carvalhos; bem como uma no lugar das Oliveiras, também nos Carvalhos. ----
Salientou estar em causa o cumprimento da recomendação, fazendo sobressair que a mesma dizia que, em caso de aprovação, teria que ser enviada à Estradas de Portugal, agora Infraestruturas de Portugal, e ao Secretário de Estado das Obras Públicas. -----

Fez notar que a Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, é para cumprir, realçando que a mesma diz, num dos seus artigos, que compete à Câmara Municipal executar e velar pelo cumprimento das deliberações da Assembleia Municipal. -----

Concluindo a sua intervenção o membro Amorim Duarte fez notar que o Sr. Presidente da Assembleia também tem que cumprir a lei, e fazer com que a mesma se cumpra, pelo que também tem que assegurar o cumprimento das deliberações tomadas pela Assembleia Municipal. -----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por dizer que, pelo que sabia, estaria para breve o início da 5.ª fase da reposição de asfalto em estradas do Município, comentando contudo que a verdade é que, em alguns sítios, foi repostado o asfalto mas a obra parece ter ficado a meio, sem ser concluída. -----



Handwritten signature and initials

Deu como exemplo a Rua Central Chão do Rio, em Fiães, salientando que foi colocado o asfalto em dois locais, um deles já no lugar do Regadio, mas que junto à curva do Patronato não foi colocado o asfalto porque, supostamente, é para subir o piso, comentando que tal situação estava assim há semanas. Frisou que em frente ao banco Crédito Agrícola acontece exatamente a mesma situação. -----

Referiu que a CDU fez uma nota de imprensa sobre o assunto e que a Câmara respondeu dizendo que iria seguir o proposto pela CDU, ou seja, a colocação de lombas, mas que o certo é que o asfalto foi colocado há semanas e ainda não há lombas, o piso ainda não foi levantado nem há pintura do pavimento, recordando que há 4 anos, sob o executivo do PSD, essa mesma Rua Central Chão do Rio foi pintada no fim de semana das eleições, questionando se o PSD iria seguir o mesmo procedimento. -----

Disse que outra questão tinha a ver com a concessão do estacionamento público na cidade de Santa Maria da Feira. Salientou que a empresa concessionária deve à Câmara Municipal 600 mil euros, que é 40% do lucro da empresa em 7 anos, significando que a empresa lucrou, nesse período, 1,5 milhões de euros, questionando o que não daria para a Câmara fazer com esse dinheiro caso fosse ela a explorar o estacionamento. -----

Relembrou que a CDU sempre foi contra a concessão do estacionamento porque entende que, em Santa Maria da Feira, não há transportes públicos para que as pessoas se possam movimentar facilmente pela cidade, comentando que só o conseguem fazer usando viatura própria. Salientou que a gestão do estacionamento devia ficar sempre na esfera pública mas que, em Santa Maria da Feira, assiste-se a mais uma parceria público-privada falhada, questionando quantos campos de relvado sintético ou quanta ação social não daria para a Câmara fazer com 1,5 milhões de euros, que foi o lucro conseguido pela empresa em 7 anos. Questionou o porquê de a Câmara ter esperado 5 anos para agir em tribunal contra a empresa, convidando qualquer cidadão a não pagar o IMI para ver se têm de esperar 5 anos para que lhe batam à porta por causa disso. Questionou também o porquê de a Câmara, em vez de ter avançado com um processo em tribunal, não ter avançado com uma providência cautelar para congelar o contrato, passando a gestão e exploração do estacionamento para a Câmara Municipal. Disse ser sabido que tais empresas usam a estratégia do recorrer, comentando que a empresa em questão vai perder em tribunal mas vai apresentar recurso atrás de recurso, arrastando o processo até chegar ao final do contrato celebrado com a Câmara para, depois,



pedir a insolvência, comentando que, provavelmente, a Câmara Municipal nunca mais vai ver esse dinheiro. -----

Referiu que, portanto, a questão que se coloca é o porquê de a Câmara Municipal não avançar com uma providência cautelar e ser tão benevolente para com uma empresa que lhe deve, há vários anos, 600 mil euros. -----

Recordou que já se dizia que a empresa a quem foi concessionado o estacionamento estava em insolvência, ressaltando contudo que chegou um documento à CDU que prova que essa mesma empresa, em outubro de 2016, tentou comprar o extinto jornal Terras da Feira, por 52 mil euros, aproveitando para fazer o aparte de que o atual jornal Terras Notícias não é o mesmo que era o Terras da Feira.-----

Concluindo, questionou como é que uma empresa que, segundo se dizia, estava insolvente, tentou comprar um jornal da terra, e como é que uma empresa que tem de lucro 1,5 milhões de euros em 7 anos, que só lhe é conhecido o funcionário que recolhe as moedas dos paquímetros, está em insolvência, dizendo que gostava de ver essa questão esclarecida.-----

Reentrou o Sr. Presidente da Assembleia, Amadeu Albergaria, retomando a presidência da Mesa. O membro Paulo Marques de Oliveira, que havia sido convidado para completar a Mesa, voltou para o seu lugar, junto aos restantes membros da Assembleia. -----

Interveio o membro *José Manuel Leão* (PSD) que começou por dizer que foi com muita estranheza que tomou conhecimento que o deputado Moisés Ferreira fez uma interpolação ao Governo, em que questionou sobre um acordo que o Hospital S. Sebastião tem com a Clínica Lenitudes – Medical Center & Research, localizada em Santa Maria da Feira. -----

Disse que o grupo municipal do PSD tem muito orgulho no Hospital S. Sebastião e no serviço que o mesmo tem prestado a toda a população, mas que também tem muito orgulho que se tenha, no território de Santa Maria da Feira, uma clínica com a tecnologia mais avançada do mundo, como é reconhecidamente a Lenitudes. Lamentou que se esteja a pôr areia na engrenagem quando o Hospital recorre àquilo que tem na sua própria terra para servir melhor os feirenses, comentando que o Moisés Ferreira questionou o governo porque, naturalmente, a cartilha do seu partido não deixa que nada que seja privado sobreviva. -----

Salientou que o membro Moisés Ferreira devia ter vergonha porque muitos feirenses lhe



deram o voto julgando que iria defender os interesses de Santa Maria da Feira quando, afinal, defende outros interesses que não os de Santa Maria da Feira. -----

Referiu não se tratar, por parte do membro *Moisés Ferreira*, somente de uma questão contra o privado porque não o viu adotar atitude idêntica contra nenhuma clínica de São João da Madeira, nem contra o Hospital da CUF que recentemente abriu em São João da Madeira e que também tem acórdãos com clínicas privadas, fazendo sobressair que contra esses o membro *Moisés Ferreira* não se insurge, mas que já se insurge contra os feirenses porque tem inveja do sucesso de Santa Maria da Feira. -----

Interveio o membro *Válter Amorim* (CDS-PP) que começou por dizer, aludindo à variante à EN 223, que a Assembleia Municipal já se havia pronunciado sobre a necessidade de exigir ao Governo explicações bem como aferir se o mesmo tem, ou não, disponibilidade para participar nas intervenções necessárias, questionando à Câmara se há algum feedback do Governo e o que pode informar sobre esse assunto. -----

Questionou também qual o ponto da situação em relação aos edifícios no Concelho que contêm amianto. -----

Concluindo disse que, percebendo o momento eleitoral que se atravessa e que muitas coisas são ditas na comunicação social, era importante perceber sobre as pretensas empresas que se conseguiu cativar para o Concelho, ou que eventualmente se instalarão no Concelho, solicitando ser informado sobre essa matéria. -----

O membro *Moisés Ferreira* (BE) pediu a palavra para defesa da honra, no seguimento do proferido pelo membro *José Leão* na última intervenção deste, o que lhe foi concedido. -----

Referiu que, pelos termos em que foi dirigida a intervenção do membro *José Leão*, intervinha para fazer a defesa da honra e, ao mesmo tempo, aproveitava para dar uma explicação ao membro *José Leão*, dizendo compreender que o mesmo não reconheça aquilo que é o interesse público. -----

Referiu que ele – *Moisés Ferreira* – não tem vergonha porque aquilo que o BE defende, e com muito orgulho, é o Serviço Nacional de Saúde, frisando ser isso que faz tanto nesta Assembleia Municipal como em qualquer sítio. Frisou que o BE defende o investimento no hospital público de Santa Maria da Feira, e não defende que o hospital se esteja a



descapitalizar para estar a financiar um privado, sublinhando ser tão simples quanto isso e que quem não percebe isso é porque não está a defender o interesse público. -----

Posto isto, o *Sr. Presidente da Assembleia* questionou ao membro José Manuel Leão se queria usar da palavra – o qual prescindiu –, e perante as questões de alguns membros do porquê do Sr. Presidente da Assembleia lhe estar a dar a palavra, este referiu bastar ler o regimento da Assembleia para perceber o porquê. -----

Referiu que, para esclarecer a Assembleia e para que não houvesse espanto em relação à condução dos trabalhos, passaria a ler o artigo 34.º do regimento, relativo à ofensa à honra ou à consideração, que se transcreve: -----

“1 – Sempre que um membro da assembleia considere que foram proferidas expressões ofensivas da sua honra ou consideração, pode, para se defender, usar da palavra, por tempo não superior a 3 minutos. -----

2 – O autor das expressões consideradas ofensivas pode dar explicações por tempo não superior a 3 minutos.” -----

Dado o esclarecimento, passou a palavra ao membro Serafim Guimarães. -----

Interveio o membro *Serafim Guimarães* (PSD) que começou por explicar que o Hospital S. Sebastião não é um hospital central, ou como antes se classificava de central, pelo que não tem todas as valências existentes. -----

Referiu estar em causa um serviço de medicina nuclear que o hospital não presta, dado não ter médicos, técnicos e equipamento para prestar tal serviço, comentando que tais equipamentos são caríssimos. -----

Sublinhou que o Hospital, por essa razão e dado que trata muitos doentes com cancro, recorre à Clínica Lenitudes para fazer os exames complementares que têm que ser feitos a esses doentes, salientando ser uma sorte ter, em Santa Maria da Feira, essa instituição muito perto do hospital, onde os doentes podem fazer os exames comodamente, comentando que tal situação só traz vantagens. -----

Realçou que os exames são feitos na Clínica Lenitudes porque foi ela quem ganhou o concurso público criado para o efeito, e que foi publicado no Diário da República, sublinhando não haver nenhuma coisa por baixo de mão. Disse não lhe parecer interessante



estar a fazer esta discussão, comentando que, então, ter-se-ia que discutir se o hospital deve, ou não, continuar a tratar doentes com cancro ou se deve encaminhá-los para outros sítios para serem tratados.-----

Referiu que o Hospital, já em 2013, tinha acordo para que tais exames complementares fossem realizados nos hospitais do Grupo HPP – Hospitais Privados de Portugal, pelo que agora está a ser feita a mesma coisa com a Clínica Lenitudes, que ganhou o respetivo concurso público.-----

Proseguiu dizendo que outra questão que o membro Moisés Ferreira tem colocado tem a ver com a questão do horário de trabalho prolongado de alguns trabalhadores do hospital, ressaltando haver alguma razão quanto a essa matéria. Informou que na altura em que tal situação ocorreu estavam 55 enfermeiros e 44 administrativos de baixa médica, realçando que o Hospital não contrata quando quer, mas sim quando o governo deixa, e que este não tem deixado contratar. Salientou que, contudo, na última sexta-feira, chegou uma autorização para contratar cerca de 20 pessoas, reafirmando que, perante a falta de pessoal, a administração do hospital tem que optar entre suspender serviços ou pedir um esforço aos profissionais para poder continuar a prestar esses mesmos serviços.-----

Salientou ser médico há 50 anos e que em toda a sua vida profissional tal situação ocorreu, dizendo não haver outra solução que não seja a de prescindir de algumas regras e ultrapassar os horários de trabalho. Concluindo disse não lhe parecer uma situação muito grave, que reconhece que sindicalmente tal situação não é correta, reafirmando que quem gere o hospital tem de optar entre fornecer serviços ou encerrar serviços.-----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para prestar os esclarecimentos tidos por convenientes. -----

Começando pelas questões colocadas pelo membro Moisés Ferreira informou, quanto ao montante do investimento da Câmara em relvados sintéticos, que foi aprovado pela Câmara Municipal um regulamento para a apresentação das candidaturas, que tudo foi feito com toda a transparência, frisando que a Câmara não fez os relvados sintéticos mas sim que atribuiu um apoio aos clubes para que os fizessem, fazendo notar que os clubes contrataram quem muito bem entenderam para executar as obras.-----

Sobre o alegado concurso para a criação de equipas de sapadores florestais referiu que a



Câmara desconhece a existência desse concurso, ressaltando contudo que, como é público, a Câmara não tem sapadores nem bombeiros profissionais. -----

Aludiu à existência da Associação Florestal de Entre Douro e Vouga, dizendo tratar-se de uma associação que conta com equipas de sapadores florestais, fazendo notar que, para além dessas, o Concelho conta ainda com 3 equipas de intervenção permanente que são pagas a 50% pela Câmara, uma nos Bombeiros de Arrifana, outra nos Bombeiros de Lourosa e outra nos Bombeiros da Feira, num total de 15 homens. Fez notar que a Câmara dá também um apoio para a vigilância florestal durante o período crítico. -----

Sobre a questão dos monitores esclareceu que a Câmara não está a contratar monitores, dizendo presumir que o membro Moisés Ferreira se estivesse a referir à contratação que a Federação de Associações de Pais e Encarregados de Educação do Concelho de Santa Maria da Feira (FapFeira) está a levar a cabo, para a realização de algumas tarefas durante o verão, pelo que aquele membro teria que pedir tais esclarecimentos à FapFeira. -----

Sobre a empresa localizada em Paços de Brandão referiu que se houver alguma situação irregular no licenciamento da mesma então que a Câmara, obviamente, analisará. -----

Em relação à questão envolvendo a Clínica Lenitudes, referiu haver muitas entidades do País que contratam serviços à mesma, que a própria Administração Regional de Saúde do Centro o faz, através de concursos públicos, dizendo compreender essa situação porque a Lenitudes tem o melhor equipamento de diagnóstico do País. Salientou que o objetivo do Serviço Nacional de Saúde (SNS), segundo julga, é prestar o melhor serviço possível ao doente, ressaltando que o serviço não deixa de ser de saúde nem deixa de ser nacional se for contratado a uma entidade não pertencente ao SNS, salientando que tal situação acontece muitas vezes. -----

Referiu que gostava que todos os doentes do Concelho, oncológicos ou outros, que precisam desse tratamento, o possam ter no melhor sítio possível, sublinhando que os feirenses têm a sorte de ter, no seu território, uma excelente clínica, clínica esta que está a tentar fazer acordos com o Estado para várias matérias, dizendo regozijar-se com isso e lamentar que se esteja a usar essa questão para atacar o Hospital S. Sebastião. -----

Sobre a questão colocada pelo membro António Santos relacionada com algumas casas sem possibilidade de fazer a ligação à rede de saneamento, em algumas ruas de Lobão, disse que a taxa de cobertura recomendada pela União Europeia, no respeitante à rede de saneamento, é



de 90%, e que o objetivo do PEAASAR II é a cobertura de 90%. Salientou que, por vezes, aparecem complexidades técnicas, daí haver 10% de casas que ficam sem possibilidade de ligar à rede, realçando todavia que, para esses casos, existe a solução do tratamento por fossa séptica. Recomendou, no entanto, ao Sr. Vereador do Pelouro das Obras Municipais, Proteção Civil, Ambiente e Saúde para analisar o assunto e ver qual é o problema, bem como para averiguar a questão do barulho provocado pelas tampas de saneamento na Rua de São Miguel, questão essa também levantada pelo membro António Santos. -----

Sobre a questão do desnível existente no cruzamento com a estrada nacional 326, realçou que aquela estrada não é municipal, é nacional, ressaltando que tem de haver um acordo e que a Câmara Municipal já estava a tratar desse assunto. -----

Relativamente à questão colocada pelo membro Amorim Duarte sobre a criação de uma rotunda no Picoto, disse que já havia dado os devidos esclarecimentos sobre essa matéria na última sessão realizada pela Assembleia Municipal. -----

O Sr. Presidente da Câmara prosseguiu aludindo às questões colocadas pelo membro Filipe Moreira. Sobre a questão da descontinuidade do asfalto na Rua Central Chão do Rio, em Fiães, junto ao Patronato, informou que a intenção é colocar ali um piso diferente, provavelmente em paralelos, uma vez que aquela curva é extremamente perigosa, principalmente por causa da saída do Patronato. -----

Sobre a obra no Regadio, também em Fiães, informou da necessidade de ser feita uma correção nas guias de uma parte do passeio dessa rua, salientando que feita essa correção será colocado o pavimento em falta. -----

Em relação às pavimentações das ruas do Concelho, referiu que tais obras nada têm a ver com as eleições, recordando que as mesmas decorrem há cerca de dois anos. Referiu que na fase inicial ocorreram, efetivamente, alguns atrasos por parte do empreiteiro que ganhou as obras em concurso público, fazendo contudo sobressair que o que se pretende é que as estradas sejam reparadas e que é esse trabalho que está a ser feito. -----

Quanto à concessão do estacionamento público na cidade de Santa Maria da Feira disse não haver nenhuma parceria público-privada, que é uma concessão do estacionamento. Referiu já ter tido a oportunidade de esclarecer que a colocação do estacionamento pago surgiu, principalmente, de uma reivindicação dos comerciantes, que reclamavam que os lugares de estacionamento eram ocupados, durante todo o dia, pelas pessoas que trabalham na zona em



Handwritten initials and a signature in the top right corner.

questão. Disse que o centro histórico da cidade é uma zona muito procurada até porque nela estão localizados muitos serviços públicos, pelo que a criação do estacionamento pago foi por uma questão de comodidade e não por uma questão de receita financeira, que foi para que as pessoas pudessem estacionar durante 20 ou 30 minutos, ou 1 hora que seja, para irem tratar dos seus assuntos. -----

Referiu que, na altura, o concessionário pagou à cabeça, à Câmara Municipal, 2,6 milhões de euros, ficando a Câmara ainda com o direito a uma parte da receita que viesse a ser arrecadada, ressaltando contudo que a receita não é todo o dinheiro que cai nos parquímetros, que é preciso deduzir as despesas, como a que é tida com a manutenção dos equipamentos. --- Saliu para a Câmara avançou para tribunal no momento em que entendeu que devia, por recomendação jurídica, uma vez que o valor da dívida já estava a atingir o montante que não obrigaria a Câmara a repor o dinheiro que já tinha recebido da concessionária, sublinhando haver uma estratégia jurídica no processo em questão e que a Câmara vai proceder conforme lhe é recomendado pelos seus advogados.-----

Em relação às questões colocadas pelo membro Válder Amorim informou, no respeitante à questão sobre a variante à estrada nacional 223, que apesar de ser uma obra que tinha todo o procedimento pronto para ser adjudicada, viu, lamentavelmente, o Governo cativar as respetivas verbas, cortando essa despesa. Disse ter estado com o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas e que este lhe dissera que a obra seria lançada em 2018, comentando que espera que assim seja mas que é preciso esperar para ver.-----

Sobre os edifícios escolares com amianto informou que iriam, brevemente, começar as obras da retirada do amianto em dois edifícios, ficando a faltar outros dois para esse problema ficar, no Concelho, resolvido. -----

Em relação às empresas que se vão instalar no território, disse que algumas são conhecidas mas que há outros casos cujos processos negociais ainda decorrem, pelo que não era pertinente fazer a divulgação para não prejudicar as negociações. Referiu ser do conhecimento público que a empresa norte americana Amy's Kitchen, de refeições pré-confecionadas, se vai instalar em Santa Maria da Feira, tal como a Multicuir, que é uma empresa suíça que faz as braceletes e as caixas metálicas para relógios de luxo. Informou que uma outra empresa, a Magnani, comprou terreno no PERM para se instalar, dizendo julgar que a mesma já terá feito o respetivo pedido de licenciamento.-----



Handwritten initials and a signature.

Concluindo a sua intervenção mencionou estar a decorrer o processo negocial com uma empresa alemã e com uma outra empresa do ramo tecnológico, mas que ainda não era pertinente divulgar para não prejudicar as negociações, dizendo esperar que dentro de um ou dois meses as mesmas fiquem concluídas para serem divulgadas. -----

Entraram os membros Justino Pinto e Bernardino Couto. -----

Sairam os membros Valdemar Silva e Lia Ferreira.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

1 – Atas:-----

- Ata n.º 20 – Sessão Ordinária de 17 de fevereiro de 2017-----

- Ata n.º 21 – Sessão Ordinária de 7 de abril de 2017-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* informou que apenas seria submetida a apreciação dos Srs. membros a ata n.º 20, referente à sessão ordinária de 17 de fevereiro de 2017, informando que a ata n.º 21, relativa à sessão ordinária de 7 de abril de 2017, não ficou pronta para ser presente nesta sessão, pelo que previsivelmente seria submetida a apreciação e votação da Assembleia na próxima sessão. -----

Posto isto, submeteu a apreciação dos Srs. membros a ata n.º 20 que lhes foi previamente enviada, dando nota que não era necessário, na votação da mesma, fazer a discriminação do sentido de voto de cada grupo ou deputado municipal – como estipula o artigo 42.º do Regimento em vigor –, dizendo que os membros que se iriam abster o fariam, certamente, pelo facto de não terem estado presentes na sessão a que a ata se refere. -----

Verificando que nenhum membro pretendeu fazer qualquer reparo ao teor dessa ata, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu-a, de seguida, a votação. -----

- Ata n.º 20 – Sessão Ordinária de 17 de fevereiro de 2017-----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 48 votos a favor e 2 abstenções (Rosa Maria Silva e Álvaro Silva Leite), aprovar a Ata N.º 20, referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 17 de fevereiro de 2017.-----

- Ata n.º 21 – Sessão Ordinária de 7 de abril de 2017-----

Retirada da Ordem do Dia, pela razão explicada. -----



Reentraram os membros Valdemar Silva e Lia Ferreira.-----

Saiu o membro Jorge Ferreira.-----

2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em referência, constante do III Relatório de 2017, informação escrita dada pelo Sr. Presidente da Câmara onde se sintetiza a atividade financeira do Município, a sua capacidade de endividamento, a listagem das obras e fornecimentos adjudicados, bem como uma análise síntese ao PAEL, documento oportunamente distribuído, por fotocópia, aos membros da Assembleia Municipal – cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas – submetendo-o, em seguida, a apreciação.-----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por dizer que queria pedir alguns esclarecimentos relativamente a algumas das empreitadas e fornecimentos constantes da listagem de obras e fornecimentos adjudicados, contratados entre 31 de março e 16 de junho de 2017, comentando que tais dúvidas surgem porque os valores que aparecem nessa listagem não estão enquadrados.-----

Referindo-se à empreitada relativa à requalificação da Praça da República, em Santa Maria da Feira, questionou se o valor apresentado, de cerca de 104 mil euros, é o valor total da obra ou se é a parte referente à Câmara Municipal, comentando que a obra foi comparticipada em 50% por um privado.-----

Aludiu, de seguida, ao fornecimento designado por “Enterprise Agreement Microsoft”, de cerca de 202 mil euros, dizendo saber que os técnicos da Câmara estão habituados a usar um software que é pago porque, muitas vezes, não têm formação para usar outro tipo de software. Disse, sobre isso, que nem todos os computadores têm que usar software da Microsoft, que há computadores que servem simplesmente para processar texto, ou pouco mais do que isso, e que podem usar software livre, fazendo sobressair que, em menos de meio ano, o Município pagou mais de 200 mil euros à Microsoft e que queria deixar essa reflexão.-----

Referiu que na listagem aparece também que a Câmara Municipal gastou, na pavimentação em betão betuminoso de arruamentos do concelho – 5.ª fase, cerca de 720 mil euros, e que depois consta outro ponto que refere que a Câmara gastou cerca de 440 mil euros em mistura



betuminosa densa a quente. Questionou se não há uma duplicação desse material, se não deveria ser a empresa a quem foi adjudicada a obra a fornecer o mesmo, ou se essa mistura betuminosa seria para outras obras. -----

Concluindo, aludiu ao item designado por dinamização da ação “birdwatching para miúdos de palmo e meio, no âmbito do plano educativo municipal 2016/2017”, dizendo que, pelo que sabe, birdwatching é observar aves e que, para tal, basta ir às ribeiras ou ao Europarque e, com uns binóculos, observar as ditas aves, pelo que questionava de que forma é que a Câmara Municipal gastou mais de 7 mil euros nessa iniciativa. -----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que disse querer questionar alguns fornecimentos adjudicados relacionados com prestação de serviços, comentando que apesar de ser algo que é recorrente nas listagens de obras e fornecimentos adjudicados, continua a carecer de justificação. -----

Referiu a prestação de serviços no âmbito do projeto do empreendedorismo “Faz Acontecer”, no montante de 16.200 €, dizendo que gostava de saber que prestação de serviços foi essa e se a Câmara Municipal não podia fazer esse serviço. -----

Aludiu também à prestação de serviços para a elaboração do estudo de viabilidade económica e financeira da Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, no montante de 18.000 €, questionando se a Câmara Municipal não tem técnicos e know-how suficiente para fazer um estudo de viabilidade económica. -----

Sobre a elaboração de projeto de execução da arquitetura e de especialidades para reabilitação e remodelação das oficinas e armazéns municipais, em São João de Ver, no montante de 15.000 €, questionou o porquê, a quem foi adjudicado, bem como se a Câmara não tem capacidade para fazer tal projeto de arquitetura e de especialidades. -----

Questionou o porquê de a Câmara Municipal estar a externalizar e a comprar serviços para os quais tem competências, técnicos e know-how para os poder fazer, acrescentando que qualquer dos casos que mencionou envolvem montantes superiores, por exemplo, à verba que foi gasta na medida Concelho Solidário, em 2016, para todo o Município, pelo que entende que é preciso explicar qual a razão para se estar a externalizar tais serviços e a quem. -----

Prosseguindo disse que a segunda questão já havia sido falada pelo membro Filipe Moreira, respeitante ao gasto que o Município faz com software e com as respetivas licenças. Salientou



que, todos os anos, a Câmara paga centenas de milhares de euros em licenças de software quando poderia usar software livre na maior parte dos terminais, questionando o porquê de a Câmara Municipal não avançar para a solução do software livre. -----

Concluindo disse que uma empreitada que conta da listagem de obras e fornecimentos adjudicados diz respeito à execução da marcação rodoviária de pavimentos da rede viária municipal, no valor de quase 323 mil euros. Referiu ser muito dinheiro para marcação rodoviária, pelo que questionava se tal marcação já começou a ser feita e a quem foi contratado o serviço, comentando que, na maior parte das estradas do Concelho, não se vê sinalização horizontal. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por dizer, relativamente à requalificação da Praça da República, que o valor constante da listagem diz respeito à obra efetuada pela Câmara, salientando que a parte relativa ao empreendimento privado foi feito e pago pelo respetivo privado. Fez notar que as pavimentações em placas de granito, com a espessura que foi usada na obra, são muito caras, acrescentando que a parte da Câmara incluiu também a iluminação da fachada do edifício da Câmara. -----

Em relação à execução da marcação rodoviária de pavimentos disse tratar-se do concurso público, informando que a empresa que o ganhou é da zona de Lisboa e que o preço ficou inferior ao preço base, comentando que, segundo os técnicos da Câmara, previa-se que fosse ficar mais caro. Fez notar que esse concurso prevê a pintura da sinalização horizontal de vários arruamentos do Concelho. -----

Sobre a prestação de serviços no âmbito do projeto de empreendedorismo “Faz Acontecer”, pediu à *Sra. Vereadora Cristina Tenreiro*, do Pelouro da Educação, Desporto e Juventude, que explicasse essa questão, a qual referiu que a Câmara tem excelentes técnicos na área da Juventude mas que tais não têm a capacidade para fazer tudo, para dinamizar todo um conjunto de projetos que a Câmara tem nessa área. Informou que o projeto Faz Acontecer era um projeto extremamente diversificado, que consistiu em palestras para os jovens do Concelho, nas escolas secundárias, e uma outra realizada no Europarque. Fez notar que esse projeto envolveu ainda um conjunto de entrevistas com jovens empresários do Concelho, que foram transmitidas no canal televisivo Sic Radical, realçando que foram realizadas um conjunto de atividades com vista a desenvolver competências nos jovens na área do



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten mark]

empreendedorismo. -----

Posto isto, e ainda sobre o mesmo aspeto, o *Sr. Presidente da Câmara* acrescentou que a Câmara tem tentado inculcar aos jovens, desde a mais tenra idade, a propensão para o empreendedorismo, para o contacto com o mundo do trabalho e das empresas. -----

Em relação à elaboração do estudo de viabilidade económica e financeira da Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, disse estar a ser estudada a viabilidade das Termas de S. Jorge para que se tomem decisões, salientando tratar-se de um serviço que exige algumas competências e para o qual a Câmara não tinha técnicos disponíveis, pelo que contratou exteriormente. -----

Sobre as licenças pagas à Microsoft disse que ouve falar, há muitos anos, da questão do software livre, salientando que todos os especialistas informáticos que a Câmara tem e que consulta lhe dizem que o uso de software livre não é exequível. Referiu que se lhe apresentarem uma informação técnica que diga que é possível substituir o sistema que a Câmara usa por software livre, então que agradece, comentando ser interesse da Câmara fazer as coisas ao mais baixo preço desde que as coisas funcionem. Reafirmou que o valor que consta da listagem refere-se a licenças da Microsoft, que a Câmara é obrigada a pagar sob pena de ter que pagar elevadas penalizações. -----

Quanto à elaboração de projeto de execução de arquitetura e de especialidades para reabilitação e remodelação das oficinas e armazéns municipais, em São João de Ver, informou haver, de facto, uma sobrecarga dos serviços técnicos da Câmara, pelo que estes não tinham capacidade de resposta. Realçou que a Câmara aguardava, há algum tempo, pelo projeto para aquele espaço porque o mesmo não tem as melhores condições para os trabalhadores, daí ter recorrido a serviços externos para fazer o projeto porque queria acelerar o mais possível a obra. -----

Sobre a questão da mistura betuminosa e a pavimentação em betão betuminoso de arruamentos do Concelho, esclareceu serem coisas diferentes. Sobre a 5.ª fase de pavimentação em betão betuminoso de arruamentos no concelho disse que a verba que aparece é referente ao concurso público, informando que recentemente foi feita a adjudicação e que as obras se iniciariam nos próximos dias. Em relação à mistura betuminosa informou tratar-se de uma mistura que a Câmara compra para tapar buracos nas estradas e, por vezes, prestar apoio às juntas de freguesia para fazer algumas reparações, acrescentando tratar-se de



um fornecimento contínuo para essas situações e que cobre todo o território concelhio. -----
Sobre a dinamização da ação Birdwatching informou tratar-se de um programa que faz parte do plano educativo municipal para 2016/2017, que tem a associação do Parque Ornitológico de Lourosa e que serve para levar as crianças a observarem e para poderem perceber a beleza da natureza. Disse que tal programa envolve a devida monitorização das crianças bem como as deslocações, acrescentando que os jovens muitas vezes não têm, face aos condicionalismos atuais, contacto com a natureza, pelo que a Câmara tenta promover algumas ações nesse sentido.-----

Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia dado, sobre a presente matéria, não ser exigida qualquer votação, tendo a Assembleia tomado conhecimento da Informação em epígrafe.-----

Reentrou o membro Jorge Ferreira.-----

Saiu o membro Márcio Correia.-----

3 – Prestação de Contas Consolidadas do ano de 2016-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o documento em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia.-----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 19 de junho de 2017 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita.-----

Interveio o membro *Válter Amorim* (CDS-PP) que começou por dizer que falar de consolidação de contas é abordar aquilo que foi o exercício do Grupo Municipal e tudo aquilo que são as suas responsabilidades, quer nas entidades que o Município detém quer naquelas que têm a sua participação.-----

Referiu que aquilo que sobressai objetivamente das Contas Consolidadas, em termos do balanço consolidado, é um aumento do total do ativo, um aumento do total dos fundos



próprios, uma diminuição do total do passivo, e um aumento total dos fundos próprios mais o passivo, acrescentando haver um aumento dos bens e direitos em termos da estrutura económica e um aumento dos fundos em termos da estrutura financeira. -----

Salientou que, por conseguinte, o Grupo Municipal torna-se cada vez menos dependente de capitais externos para o financiamento, realçando que esse aspeto é relevante. -----

Disse ser interessante verificar o aumento de depósito em instituições financeiras, salientando que isso faz toda a diferença pois permite à Câmara Municipal ter a possibilidade de poder recorrer a capitais próprios e evitar, dessa forma, onerar-se com juros e outras questões ligadas à banca. -----

Destacou, também, a importância da diminuição da dívida do Grupo Municipal, salientando, a propósito da dívida, que quando o CDS-PP, em 2013, concorreu às eleições autárquicas, uma das propostas que apresentou era controlar a dívida, e diminuí-la, pois considera que só dessa forma é que as câmaras municipais, e todas as estruturas públicas, poderão ter futuro. -----

Disse que o acervo de investimento descontrolado propiciou a que houvesse tal necessidade, acrescentando que, no caso do Município, essa necessidade foi-lhe imposta a partir do momento em que recorreu ao PAEL, recordando que o recurso ao PAEL implicou um conjunto de medidas proativas que intervissem sobre aquilo que era a dívida e a forma como a era estruturada e desencadeada. -----

Referiu que, estando a finalizar-se o mandato, a verdade é que a dívida municipal diminuiu significativamente e as contas estão muito mais credíveis, dizendo bastar verificar aquilo que é o parecer do auditor externo, onde era habitual haver reparos às contas, para perceber que existe uma melhoria, que foi feita com o tempo e que preconizou que as contas estejam bem melhores em relação há 4 anos, para bem do Município. -----

Aludiu ao resultado líquido do exercício, de cerca de 12 milhões de euros, destacando ter havido um aumento de receitas, face a 2015, de cerca de 4,6 milhões de euros, salientando ser um valor que traduz a necessidade de controlar aquilo que é o investimento. Referiu que quando as pessoas falam que é necessário investir mais e que há folga para isso, esquecem-se, muitas vezes, daquilo que foi a assinatura do PAEL e aquilo que preconizou essa mesma assinatura. Disse que, da mesma forma, quando Portugal assinou com a Troika uma intervenção externa houve a necessidade de Portugal cumprir o que lhe foi imposto por esse acordo, salientando que o que se passa no caso de Santa Maria da Feira para com o PAEL é



basicamente o mesmo.-----

Sobre as Contas Consolidadas disse que nada tinha a apontar mas que, contudo, considera ser chegado o momento de perceber que o futuro tem que ser um pouco diferente, frisando que quando o Município finalizar a intervenção que tem, neste momento, em função do PAEL, tem que rever aquilo que é o futuro porque, em função do que trabalhou nos últimos 4 anos, tem condições para isso. -----

Concluindo, disse que o CDS-PP espera que os próximos 4 anos traduzam uma nova solução que permita um investimento consciente e planeado, em benefício do Município e dos feirenses.-----

Interveio o membro *Daniel Gomes* (PS) que começou por dizer que as Contas Consolidadas de 2016 são, de certa forma, um resumo um pouco mais aprofundado das Contas do Município de 2016, votadas em abril último. -----

Referiu que o Sr. Presidente da Câmara defende, e bem, a sua dama, defende que as contas do Município são boas, realçando que a ele – Daniel Gomes – também lhe compete defender a dama do Partido Socialista, que é a de pautar pelo interesse e bem-estar dos cidadãos de Santa Maria da Feira. -----

Frisou que, na realidade, houve uma elevada arrecadação de impostos face à qualidade de serviços prestada, ressaltando que o Partido Socialista, já por diversas vezes, chamou a atenção para isso porque considera importante ver aquilo que foi feito ao longo dos últimos 4 anos. -----

Disse, nesse âmbito, que uma das grandes bandeiras do Sr. Presidente da Câmara, Emídio Sousa, era o alcatroamento das estradas, salientando que o mesmo havia colocado a cifra do alcatroamento de 500 km de estrada, pelo que era importante saber se a Câmara conseguiu chegar, pelo menos, a meio dessa cifra.-----

Referiu que era também prometido eliminar barreiras arquitetónicas mas que, circulando-se pelo Município e pelos edifícios públicos do mesmo, incluindo as juntas de freguesia, percebe-se que muitas das barreiras estão por eliminar.-----

Salientou que o Sr. Presidente da Câmara falava dos centros coordenadores de transportes mas que esses são uma miragem, pois não existem, acrescentando que também não existe o prometido Concelho Verde e amigo do ambiente porque nada foi feito quanto a isso.-----



Handwritten marks and signatures in the top right corner, including a large '6' and some illegible scribbles.

Prosseguiu dizendo que o Sr. Presidente da Câmara vinha, agora, falar de uma certa profecia ao afirmar que, daqui por 2 anos, o Concelho iria ter que importar mão-de-obra, como se isso fosse necessariamente fruto do seu trabalho. Destacou que tal só revela que o Sr. Presidente da Câmara ficou um pouco aquém daquilo que poderia fazer, porque tem que se arvorar no trabalho dos outros para se conseguir catapultar.-----

Questionou, de seguida, o que é feito das USF de Milheirós de Poiares, de Canedo, de Escapães e de S. Paio de Oleiros/Nogueira da Regedoura. -----

Referiu que uma das grandes bandeiras do Sr. Presidente da Câmara era o Concelho Solidário, apresentado como um dos pilares da sua política, questionando como é que se pode explicar um aumento tão grande das provisões, no caso da tarifa social, do saneamento e das habitações sociais.-----

Prosseguiu dizendo que, só em 2014, ficou por executar 60% do orçamento previsto, não tendo sido feita a requalificação do Centro Escolar de Arrifana, a requalificação da Escola Básica do 1.º Ciclo de Chão do Rio, a requalificação da Escola Básica da Póvoa, em Vale, o Centro Escolar de Nogueira da Regedoura, nem a substituição das coberturas de amianto dos jardins de infância. -----

Referiu que, em 2015, 40% do orçamento do PPI ficou por executar, ou seja, 13 milhões de euros, fazendo sobressair que ficou por fazer a requalificação e ampliação da Escola Básica de Pigeiros, os melhoramentos do Centro Escolar do Murado, em Mozelos, a requalificação da Escola Básica de Beire, em Gião, bem como muitos outros casos.-----

Salientou que, em 2016, apenas foi executado 44% do previsto, ficando por investir 10 milhões de euros, não tendo avançado a construção do Centro Escolar de Fornos, a construção do Centro Escolar da Feira nem a construção do jardim de infância em Sanguedo. -----

Concluindo a sua intervenção o membro Daniel Gomes disse que, para além dos casos que mencionou, muito mais ficou por fazer, salientando não lhe parecer que o Sr. Presidente da Câmara se pudesse vangloriar do melhoramento das contas quando ficou por cumprir e por fazer tantas e tantas coisas que seriam importantes para a qualidade de vida dos feirenses.-----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por dizer que, na verdade, a discussão sobre as Contas do Município já foi tida anteriormente, na sessão realizada pela Assembleia no passado mês de abril, e que agora somente estava em discussão as Contas



Consolidadas do ano de 2016, que inclui as entidades que integram o perímetro de consolidação. Disse que, portanto, o BE votaria igualmente contra as Contas Consolidadas do ano de 2016, não pelo que está refletido nas mesmas mas sim pelo que está por trás desse documento. -----

Fez notar que o BE, na preparação desta sessão, foi visitar aquilo que foi o programa de atividades municipal, e a execução do mesmo, para lembrar o que está por trás da consolidação de contas agora presente a esta Assembleia, e viu que, para 2016, o Município tinha orçamentado para um projeto chamado Cuidar de Quem Cuida, destinado a cuidadores informais de doentes com demência, 1.250 €, ressaltando que tal verba é claramente insuficiente mas que, mesmo assim, a Câmara conseguiu baixar a fatura porque executou zero euros neste projeto, comentando que tal verba serve apenas para ter rubrica aberta e que é para estrangeiro ver. -----

Disse que para o Cartão Feira Sénior a Câmara estava orçamentado 6.500 €, salientando que apesar desse valor ser uma miséria só foi executado 1.931 €, comentando que tal pretende fazer crer que não há idosos no Concelho a necessitar de apoio social, que possam aceder a este cartão para terem algum tipo de apoio, quando não é crível que isso possa acontecer. -----

Acrescentou que para o programa Concelho Solidário, medida A, estava orçamentado 17.000 € e que só foi executado 11.965 €, e que para a conservação e recuperação do parque habitacional estava orçamentado 40.750 € e foi executado 4.398 €, ou seja, apenas 10%. -----

Referiu que se se comparar tais medidas com aquilo que realmente é a aposta da Câmara Municipal vê-se que, em contratações de serviços técnicos, foram gastos 87.604 €, ou seja, 45 vezes mais do que se gastou com o Cartão Feira Sénior. -----

Fez sobressair também que a verba orçamentada para o apoio para a colocação de relvados sintéticos, de 586 mil euros, foi executada a 100%, contrariamente às muitas rubricas para a ação social, que obtiveram execuções de 10%, 30%, 40%, comentando que feitas as contas a Câmara gastou 49 vezes mais em relvados sintéticos do que no programa Concelho Solidário.

Disse que, nesta sessão, já ouviu um membro do grupo municipal do PSD dizer que a ação social não se faz só na tarifa social da água, ressaltando estar de acordo com isso mas que, no seu entendimento, ação social também não se faz da maneira como a Câmara está a fazer. Salientou que a Câmara não está a fazer ação social na tarifa social da água, nem no programa Concelho Solidário – medida A, onde não chegou a gastar 12.000 €, nem no Cartão Feira



Sénior, onde não chegou a gastar 2.000 €, nem no projeto Cuidar de Quem Cuida onde não gastou 1 €, nem na conservação e recuperação do parque habitacional onde não chegou a gastar 5.000 € durante um ano, frisando que isso não é, certamente, fazer ação social. -----
Concluindo, o membro Moisés Ferreira fez notar que iria votar contra as Contas Consolidadas do ano de 2016 porque o rumo estratégico que as mesmas contêm não é o rumo que o Concelho e as pessoas do Concelho precisam. -----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por referir que não resta muito a dizer após o mencionado pelos intervenientes que o antecederam, salientando que as Contas de 2016 já foram analisadas em momentos anteriores e que, na discussão das Contas Consolidadas, a análise que pode ser feita é uma análise meramente política, e não propriamente às Contas Consolidadas que até estão validadas. Referiu que iria votar a favor as Contas Consolidadas por estarem validadas e por não ter sido encontrada qualquer tipo de anomalia, mas que isso não significa que a CDU concorde com toda a ideologia que está por trás das mesmas, comentando que queria deixar algumas reflexões quanto a isso. -----
Disse ter tido a oportunidade de andar um pouco pelo País e que foi interessante verificar o discurso tido por todas as câmaras que estavam endividadadas, salientando que todas elas se vangloriam de ter reduzido a dívida numa percentagem muito alta, sejam elas da CDU, do PSD ou do PS, ressaltando que em Santa Maria da Feira o discurso é o mesmo. -----
Referiu ser preciso trazer alguma luz à discussão, salientando que, sem querer retirar o mérito aos autarcas que conseguiram reduzir a dívida das autarquias, queria frisar que essa redução ocorreu, em certa medida, por alteração da legislação e, no fundo, por obrigação. -----
Referiu que não estava a dizer que a Câmara não poderia ter isso mais longe, pois talvez o pudesse, ressaltando que ao ler a ata da reunião da Câmara constatou que o próprio PS questionou o porquê do Município continuar a pagar alugueres de edificios quando tem, por exemplo, o Europarque, onde tais instituições poderiam funcionar. -----
Disse também ter lido, na mesma ata, que uma senhora vereadora disse que não houve oposição durante 4 anos. Referiu lamentar que a mesma não estivesse presente nesta sessão para lhe poder dirigir a palavra, considerando estranho que tal afirmação tenha sido feita por uma pessoa que se demitiu do partido pelo qual foi eleita sem se ter demitido do cargo de vereadora, ressaltando ainda que, durante 4 anos, não se ouviu falar que essa senhora



vereadora tenha feito oposição ou que tenha contribuído de forma muito positiva e abonatória para o crescimento do Município. -----

Referiu que, nessa reunião camarária, a mesma vereadora disse também que as câmaras municipais têm que ser geridas como uma empresa privada. Sobre essa afirmação salientou que talvez alguns vereadores estejam enganados no local onde estão, ressaltando que qualquer autarca que gira uma câmara municipal ou uma junta de freguesia como uma empresa privada acabará, muito provavelmente, na prisão. Disse ser sabido que a legislação é diferente e que os princípios de uma instituição pública não é visar o lucro, mas sim a melhoria das condições de vida das pessoas, do ambiente, a melhoria da condição de vida do município. -----

Concluindo disse que não podia deixar de referir essas afirmações feitas na reunião de Câmara porque lhe parece que essa vereadora tem andado, nos últimos 3 anos e meio, enganada. -----

Interveio o membro *Rui Ribeiro* (PSD) que começou por comentar que a maior parte dos membros que o antecederam falaram de tudo menos das Contas Consolidadas. Disse que o grupo municipal do PSD aceita que o PS diga, muitas vezes pela deputada municipal Margarida Gariso, que faria diferente, que só faria pavimentações onde é possível fazer alargamentos, comentando, sobre isso, que nesse caso só seriam pavimentados 5 Km e não os 500 km mencionados pelo Sr. Presidente da Câmara. Realçou que o Sr. Presidente da Câmara nunca disse que os 500 km de pavimentações seriam feitos num mandato, pelo que o membro Daniel Gomes somente andava a ler metade da informação. -----

Referiu que o PSD também aceita que o PS diga que não faria os 17 campos de relvados sintético e que faria, eventualmente, skateparks e murais para arte de rua, salientando que o PSD aceita tudo isso. -----

Disse que ao falar-se de números e de contas consolidadas viu serem feitos comentários, principalmente de quem ansiava ser poder nesta autarquia, que considera serem apenas demagogia política, comentando que muito mau seria caso tais afirmações fossem feitas por aliteracia financeira. Fez notar que o PSD revê-se nas declarações feitas, na reunião de Câmara, pela vereadora que foi escolhida pelo PS como sendo a pessoa melhor preparada e mais bem formada para gerir os destinos financeiros do Concelho, salientando que quando o membro Filipe Moreira, da CDU, falou das afirmações proferidas por essa vereadora viu



muitos sorrisos amarelos da parte da bancada do Partido Socialista. Sublinhou que é preciso ser-se sério nestas questões, questionando se as pessoas que há 4 anos eram tão boas o haviam deixado de ser.-----

Disse que todos os candidatos do PS à Câmara, ao longo dos últimos 20 anos, depois de o serem passaram a ser pessoas muito mais racionais e realistas, passando a estar muito mais ao lado da Câmara Municipal, comentando que essa situação pode ser confirmada na recente questão relacionada com a eventual desanexação da freguesia de Milheirós de Poiares. -----

Concluindo a sua intervenção disse esperar que o mesmo aconteça com a candidata à Câmara, Margarida Gariso, ou seja, que espera que depois da fúria e da ânsia que a mesma tem demonstrado, passe a ser uma pessoa mais ponderada.-----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que, começando por aludir à intervenção feita pelo membro Válder Amorim, disse ter percebido que o mesmo leu as Contas Consolidadas e que as compreendeu. Sobre a recomendação do mesmo de que o futuro do Concelho seja de investimento, fez notar que a Câmara tem tido a máxima atenção quanto à gestão financeira e ao cumprimento rigoroso dos seus compromissos, salientando considerar que o Estado, seja central ou local, deve cumprir rigorosamente os seus compromissos pois só assim é uma pessoa de bem, frisando que a Câmara procura fazê-lo sem comprometer o investimento. -----

Referiu que, ao longo do tempo, vê-se criticar os campos sintéticos, as pavimentações, os pavilhões, o cineteatro, o matadouro, as pedreiras, comentando que muita coisa é objeto de crítica mas que isso é obra feita, bem-feita e que é concreta, reafirmando que o critério e o rigor na gestão financeira permite à Câmara fazer, também, obra no terreno. Disse não ter dúvidas que o futuro será de investimento, ressaltando contudo que, a par do investimento material que é importantíssimo, muito do investimento no território terá de ser direcionado para o investimento imaterial que, muitas vezes, é difícil de medir. -----

Sobre a afirmação do membro Daniel Gomes de que teria que cumprir o seu papel, não querendo dizer que as Contas eram boas, disse que tal afirmação seria obviamente tida em conta aquando da elaboração das listas do PS para as eleições autárquicas. -----

Fez notar que muitas das questões levantadas pelo Daniel Gomes, de projetos orçamentados que não foram executados, têm a ver com a perspetiva de captação de fundos comunitários, explicando que, muitas vezes, são inscritas dotações no orçamento sem que se tenha a certeza



que possam ser executadas para permitir que sejam apresentadas candidaturas para obter fundos comunitários. -----

Referiu, como exemplo, que a Câmara aprovou, na reunião realizada no dia de hoje, investimentos para reabilitar nove empreendimentos de habitação social, informando que anteriormente já haviam sido aprovados outros dois, que estavam inscritos no Orçamento exatamente para que a Câmara conseguisse ir buscar fundos comunitários, reafirmando ser uma técnica de execução dos orçamentos que tem a ver com a captação de fundos comunitários. Acrescentou que entre o início e a efetiva concretização do Quadro Comunitário de Apoio em vigor decorreu quase 3 anos, dando nota que só no final de 2016, início de 2017, é que começaram a ser aprovadas candidaturas e desbloqueados tais processos. Sobre a intervenção do membro Moisés Ferreira comentou que, afinal, o mesmo sabia qual o valor investido pela Câmara nos relvados sintéticos pelo que, se calhar, a questão que o mesmo havia colocado, de qual o valor aí investido, teria alguma armadilha por trás. -----

Em relação à questão das políticas sociais disse já ter dado as devidas explicações, sublinhando que a política social da Câmara é uma política de parceria com as instituições, pelo que muitas vezes tal não está claramente refletido no orçamento municipal. -----

Referiu, como exemplo, o programa Cuidar de Quem Cuida, informando tratar-se de uma parceria que a Câmara tem com o CASTIIS, em que lhe atribui uma verba e essa instituição fica responsável por desenvolver tal programa. Destacou ser uma política de parceria, de colaboração com a sociedade civil e com as suas instituições, realçando saber que tal política não é bem vista por certas ideologias, mas que a Câmara entende ser a mais correta. -----

Quanto à questão falada pelo membro Filipe Moreira da redução da dívida, e que muitas câmaras municipais fazem o mesmo discurso, realçou haver várias formas de reduzir a dívida, fazendo sobressair que o entendimento da Câmara foi o de cumprir com rigor, pagar a tempo e horas porque considera que essa maneira de gerir é positiva para os fornecedores, para quem dinamiza a economia, ou seja, para todos. Disse não ter dúvidas que muitas empresas, há 6, 7, 8 anos, entraram em dificuldades financeiras e foram à falência, provocando muito desemprego, porque foi o próprio Estado que falhou para com elas. -----

Referiu, a propósito, ter lido uma notícia num jornal on-line contendo uma listagem com os prazos de pagamento das câmaras municipais e que viu câmaras, de todos os partidos políticos, a pagarem a 1200 dias. Sublinhou que 1200 dias são 3 anos, daí que se questionava



como é que uma empresa pode sobreviver esperando 3 anos para ser paga, reafirmando ser do entendimento que a Câmara deve cumprir os seus compromissos e, desse modo, contribuir para o bom funcionamento da economia.-----

Quanto às afirmações proferidas pela vereadora Isabel Machado na reunião da Câmara, disse não ter nenhuma procuração da mesma para a defender mas que, tendo estado na referida reunião, queria deixar uma nota sobre isso. Referiu que essa vereadora tem mestrado na área da contabilidade e auditoria, que fez uma análise técnica à gestão financeira da Câmara, comparando os números com os dos anos anteriores, comentando julgar que a mesma fez uma boa análise.-----

Concluindo, o Sr. Presidente da Câmara fez notar que quando a vereadora Isabel Machado referiu que não havia oposição, estava a referir-se a um candidato à Câmara que teria dito que não havia oposição na Câmara pelo que se candidatava por essa razão, e não a referir-se à oposição em concreto.-----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 37 votos a favor (PSD: 31, CDU, CDS-PP, PS: 4 – Rui Alves Rios, Valdemar Silva, Ana Pires de Oliveira e Maria Manuela Teixeira) e 14 votos contra (PS: 13, BE), aprovar os documentos de Prestação de Contas Consolidadas do ano de 2016 – dossiê cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas.-----

4 – Desafetação de terreno, sítio em Paços de Brandão, do domínio público para o domínio privado do Município-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia – que por sua vez pediu que fosse o vereador do Pelouro do Planeamento, Urbanismo e Transportes, José Manuel Oliveira, a dar os devidos esclarecimentos.-----

O *Sr. Vereador José Manuel Oliveira* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 2 de maio de 2017 e restante documentação enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por



transcrita. -----

Verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. ---
E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 37 votos a favor (PSD: 31, CDS-PP, PS: 5 – Manuel Almeida, Rui Alves Rios, Valdemar Silva, Ana Pires de Oliveira e Maria Manuela Teixeira) e 14 abstenções (PS: 12, CDU, BE), aprovar, sob proposta da Câmara, a desafetação do domínio público municipal para o domínio privado do Município, de parcela de terreno com a área de 84 m², sita na freguesia de Paços de Brandão – identificada em planta que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada na pasta anexa ao respetivo livro de atas.-----

5 – Atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Nogueira da Regedoura-----

- Obras diversas-----

6 – Atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Paços de Brandão-----

- Obras diversas-----

7 – Atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Lourosa-----

- Obras diversas-----

8 – Atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Romariz-----

- Obras de beneficiação no polidesportivo-----

9 – Atribuição de apoio à Junta de Freguesia de São Paio de Oleiros-----

- Obras diversas-----

10 – Atribuição de apoio à Junta da União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo-----

- Obras diversas-----

11 – Atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Mozelos-----

- Obras diversas-----

12 – Atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Rio Meão-----

- Obras diversas-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou os assuntos em epígrafe, informando que, conforme acordado pela Comissão Permanente, os assuntos seriam discutidos conjuntamente,



procedendo-se à votação dos mesmos em separado. Em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou os assuntos em referência, nos termos constantes das deliberações camarárias de 2 e 15 de maio de 2017, de 12 de junho de 2017, e restante documentação enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dão por transcritas.-----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por dizer que partilha do princípio que quem está mais próximo das pessoas aplica melhor as verbas, que um euro aplicado por uma junta de freguesia é melhor do que um euro aplicado por uma câmara, tal como um euro aplicado por uma câmara é melhor do que um euro aplicado pelo governo, daí concordar que a Câmara transfira verbas para as juntas de freguesia.-----

Referiu, contudo, que tal procedimento não tinha que ser uma prática pontual, destacando que um executivo responsável e atento às necessidades dos feirenses incluiria tais apoios numa delegação de competências às juntas de freguesia, que seria feita todos os anos. Disse que em vez de se dar uma cenoura no ano das eleições dava-se o que é de direito às juntas de freguesia, todos os anos, para que as mesmas pudessem aplicar tais verbas nas populações e no bem-estar das mesmas. -----

Referiu ser a favor de que os apoios sejam atribuídos durante todo o mandato, que sejam apoios reais e afetos às necessidades dos feirenses, através de uma delegação de competências clara e inequívoca para que as juntas de freguesia saibam com o que podem contar, e não com a atribuição de apoios pontuais que são dados, por coincidência das coincidências, apenas em anos de eleições, sublinhando que os problemas dos feirenses ocorrem todos os anos, e todos os dias. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que disse querer dar nota de um grande equívoco da parte do membro Sérgio Cirino porque a Câmara atribuiu apoios a diversas juntas de freguesia nos vários anos do mandato. Informou alguns dos apoios concedidos, dando nota que em 16/12/2013, foi dado um apoio de 35.000 € à Junta de Freguesia de Fiães para as obras de adaptação do prédio social; que em 22/8/2016 foi dado um apoio à Junta de



ed.
//
G.

Freguesia de Fornos; que em 8/8/2016 foi dado um apoio à Junta da União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande para as obras de ampliação do cemitério; que em 16/11/2015 foi dado um apoio à Junta de Freguesia de Nogueira da Regedoura para as obras na escola; e que em 14/7/2014 foi dado um apoio de 15.000 € à União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô. -----

Concluindo, fez sobressair que os apoios às juntas de freguesia não são dados somente em ano de eleições, reafirmando que são apoios pontuais que têm a ver com projetos que as juntas de freguesia querem desenvolver, realçando que queria deixar esta correção. -----

Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu os assuntos, separadamente, a votação, tendo-se verificado os seguintes resultados: -----

5 – Atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Nogueira da Regedoura -----
- Obras diversas -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais –, estando presentes 51 dos 54 membros que compõem este Órgão, autorizar a atribuição de um apoio à Junta de Freguesia de Nogueira da Regedoura, de 50% do valor despendido até ao montante máximo de 35.000,00 €, mediante apresentação de faturas e/ou autos de medição, nos termos da deliberação camarária de 2 de maio de 2017. -----

6 – Atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Paços de Brandão -----
- Obras diversas -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais –, estando presentes 51 dos 54 membros que compõem este Órgão, autorizar a atribuição de um apoio à Junta de Freguesia de Paços de Brandão, de 50% do valor despendido até ao montante máximo de 35.000,00 €, mediante apresentação de faturas e/ou autos de medição, nos termos da deliberação camarária de 2 de maio de 2017. -----

7 – Atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Lourosa -----
- Obras diversas -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais –, estando presentes 51 dos 54 membros que compõem este Órgão, autorizar a atribuição de um apoio



financeiro à Junta de Freguesia de Lourosa, até ao valor máximo de 35.000,00 €, cujo pagamento será feito na proporção de 50% do valor de cada fatura ou auto de medição apresentados até perfazer o valor máximo do apoio, nos termos da deliberação camarária de 15 de maio de 2017. -----

8 – Atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Romariz -----

- Obras de beneficiação no polidesportivo -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 50 votos a favor (PSD: 31, PS: 17, CDU, CDS-PP) e 1 voto contra (BE), autorizar a atribuição de um apoio financeiro à Junta de Freguesia de Romariz, até ao valor máximo de 25.000,00 €, cujo pagamento será feito na proporção de 50% do valor de cada fatura ou auto de medição apresentados até perfazer o valor máximo do apoio, nos termos da deliberação camarária de 15 de maio de 2017. -----

9 – Atribuição de apoio à Junta de Freguesia de São Paio de Oleiros -----

- Obras diversas -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais –, estando presentes 51 dos 54 membros que compõem este Órgão, autorizar a atribuição de um apoio financeiro à Junta de Freguesia de São Paio de Oleiros, até ao valor máximo de 17.000,00 €, cujo pagamento será feito na proporção de 50% do valor de cada fatura ou auto de medição apresentados até perfazer o valor máximo do apoio, nos termos da deliberação camarária de 15 de maio de 2017. -----

10 – Atribuição de apoio à Junta da União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo -----

- Obras diversas -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais –, estando presentes 51 dos 54 membros que compõem este Órgão, autorizar a atribuição de um apoio financeiro à Junta da União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo, até ao valor máximo de 60.000,00 €, cujo pagamento será feito na proporção de 50% do valor de cada fatura ou auto de medição apresentados até perfazer o valor máximo do apoio, nos termos da deliberação camarária de 12 de junho de 2017. -----



11 – Atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Mozelos-----

- Obras diversas-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais –, estando presentes 51 dos 54 membros que compõem este Órgão, autorizar a atribuição de um apoio financeiro à Junta de Freguesia de Mozelos, até ao valor máximo de 30.000,00 €, cujo pagamento será feito na proporção de 50% do valor de cada fatura ou auto de medição apresentados até perfazer o valor máximo do apoio, nos termos da deliberação camarária de 12 de junho de 2017.-----

12 – Atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Rio Meão-----

- Obras diversas-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais –, estando presentes 51 dos 54 membros que compõem este Órgão, autorizar a atribuição de um apoio financeiro, à Junta de Freguesia de Rio Meão, até ao valor máximo de 35.000,00 €, cujo pagamento será feito na proporção de 50% do valor de cada fatura ou auto de medição apresentados até perfazer o valor máximo do apoio, nos termos da deliberação camarária de 12 de junho de 2017.-----

O membro *Moisés Ferreira* (BE) fez a seguinte declaração de voto:-----

“Na verdade é para fazer uma declaração de voto sobre o ponto 8, o apoio à Junta de Freguesia de Romariz. Nós, por princípio, concordamos e viabilizamos sempre estes apoios pontuais às várias juntas de freguesia, que têm chegado a esta Assembleia Municipal, mas, neste caso em particular e tendo em conta que se trata, entre outras coisas também, de 27.704 € de relva sintética para um campo de futebol de cinco, e que essa empreitada terá sido adjudicada a uma empresa de Ovar chamada Safina, sobre a qual nós temos as maiores reservas, e porque achamos que é preciso ter reservas também sobre a adjudicação deste tipo de obras, nós votamos contra. Até porque não está aqui claro qual foi o procedimento para, enfim, a contratação, pelo menos não o encontramos, se terá sido por ajuste direto, se terá sido por outro tipo de procedimento, mas achamos que esta empresa de Ovar em particular, por causa desta empresa de Ovar nós votamos contra porque temos as maiores reservas sobre a mesma.”-----



13 – Procedimento “Manutenção do sistema AVAC das instalações da Biblioteca Municipal, Museu do Papel e Museu Convento dos Lóios” -----

- Autorização prévia para a assunção de compromisso plurianual -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 12 de junho de 2017 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. ---

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais –, estando presentes 51 dos 54 membros que compõem este Órgão, autorizar a assunção dos compromissos plurianuais inerentes ao procedimento em epígrafe, nos seguintes termos: -----

. Ano 2018 – 8.329,16 €, -----

. Ano 2019 – 8.329,16 €, -----

. Ano 2020 – 4.858,67 €. -----

14 – Documentos de Prestação de Contas de 2016 da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria (para conhecimento) -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou os documentos em epígrafe, a que se refere a comunicação remetida à Mesa, via correio eletrónico, registada na Divisão de Administração Geral sob o n.º 5.524, em 2 de maio de 2017, enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio a deputada municipal *Carla Pereira* (PS) que começou por dizer que entende que os documentos em causa devem ser olhados com um certo sentido crítico e interpretativo daquilo que dizem os números, destacando que os números dizem muito e que não é difícil lê-los. ----
Salientou que os documentos em apreço transmitem um pouco do que se passa ao nível da



Associação de Municípios das Terras de Santa Maria, comentando que na teoria são excelentes ideias, que são aplaudidas por todos, mas que, na prática, vê-se uma total inexequibilidade das mesmas, resultando em graves desperdícios de fundos públicos. -----
Frisou que tal desperdício é consequente de uma falta de rigor e planeamento bem como de estratégias completamente desfocadas da realidade, comentando que a maioria dos projetos apresentados, quando chega a altura de serem aplicados, já não fazem sentido, ressaltando que mesmo que grande parte deles sejam financiados por fundos comunitários, tais fundos têm como objetivo o desenvolvimento das terras e não o desperdício.-----
Realçou o grau de execução extremamente baixo do orçamento da Associação, de 50,53%, ressaltando que a taxa de execução ao nível da receita foi ainda menor, de 47,7%, comentando que isso é preocupante e que demonstra, desde logo, uma falta de planeamento estratégico e um mau controlo de toda a atividade da Associação dado que a mesma não consegue prever, sequer, a curto prazo, lembrando que em causa está um período económico de 1 ano. -----
Mencionou ainda a baixíssima taxa de execução do Plano Plurianual de Investimentos, comentando que tal demonstra a falta de capacidade da Associação em levar por diante as suas iniciativas de investimento, reafirmando que a mesma tem iniciativas de investimento a curto prazo, num ano, e que mesmo assim não consegue prever se vai, ou não, conseguir concretizá-las. -----
Sobre os projetos que constam dos Documentos de Prestação de Contas de 2016 salientou, quanto ao Europarque, que não se quer ter de volta o elefante branco, dando nota que tal lhe fazia lembrar o que um professor seu dizia, ou seja, que na administração pública existem muitos elefantes brancos e que é preciso saber fazer esses elefantes dançar, mas que para isso é preciso ter capacidade de gestão, capacidade essa que não vê existir no caso do Europarque.-
Questionou que fatores estratégicos tem a Associação para a potenciação do Europarque, para atrair clientes para além das meras ações pontuais que são referidas, sublinhando que é preciso haver ações concertadas e consistentes, num plano global que permita a viabilidade do Europarque, para que não se tenha de volta um elefante branco que não sabe dançar. -----
Em relação ao Parque Empresarial de Recuperação de Materiais (PERM) disse que o mesmo é a prova mais evidente da falta de planeamento e da falta de estratégia, salientando que quando foi implementado já estava completamente em desuso e já não se justificava. Disse que o PERM foi projetado tendo em conta uma determinada conjuntura, a que se verificava



antes de 2013, recordando que foi amplamente divulgado, quer pela comunicação social quer pelo Sr. Presidente da Câmara, que o PERM era para acabar com as sucatas e que iria criar centenas de postos de trabalho. Questionou, perante isso, qual a atual percentagem de ocupação do PERM, quantos são os postos de trabalho já criados e quantas são as empresas a operar, no momento, naquele Parque Empresarial. -----

Realçou que, em suma, o que resulta das Contas de 2016 da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria é um resultado líquido negativo de cerca de 142 mil euros, traduzindo um aumento do prejuízo, face ao ano anterior, de 31,38%. -----

Concluindo a sua intervenção salientou que, em 2016, o Presidente da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria foi o Dr. Emídio Sousa, e que o mesmo também é, agora, Presidente do Conselho Metropolitano do Porto, referindo esperar que o mesmo não venha a ter o mesmo percurso que o seu antecessor social-democrata, Dr. Hermínio Loureiro, comentando que pelo rigor e pelo que pôde constatar nos documentos em apreço, não lhe vaticina um grande futuro. -----

Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia, tendo a Assembleia Municipal tomado conhecimento dos Documentos de Prestação de Contas de 2016 da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria. -----

Sairam os membros Daniel Gomes, Bernardino Couto e Valdemar Silva. -----

15 – Documentos de Prestação de Contas de 2016 da Área Metropolitana do Porto (para conhecimento) -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou os documentos em epígrafe, a que se refere a comunicação remetida à Mesa, via correio eletrónico, registada na Divisão de Administração Geral sob o n.º 5.933, em 10 de maio de 2017, enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Seguidamente, e tendo verificado que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu intervir no âmbito do assunto, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia, tendo a Assembleia Municipal tomado conhecimento dos Documentos de



Prestação de Contas de 2016 da Área Metropolitana do Porto. -----

16 – Reclassificação das passagens de nível na Linha do Vouga (artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 17.º do Regimento)-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, agendado nos termos das disposições legais em epígrafe e no seguimento da solicitação remetida à Mesa, via correio eletrónico, pelo membro Eduardo Rocha, do grupo municipal do Partido Socialista – registada na Divisão de Administração Geral sob o n.º 7.543, em 14 de junho de 2017 – documento esse enviado, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrito. -----

Fez notar que não foi distribuído nenhum documento habilitante referente ao assunto em questão uma vez que o membro Eduardo Rocha não havia feito chegar à Mesa qualquer documento, comentando que, pelo que sabia, aquele membro pediu o agendamento do assunto para questionar a Câmara sobre o mesmo. De seguida, passou a palavra ao membro Eduardo Rocha.-----

Interveio o membro *Eduardo Rocha* (PS) que começou por realçar que, mediante a resposta que o Sr. Presidente da Câmara fosse dar às questões que iria colocar, não excluía a hipótese de apresentar uma recomendação oral à Assembleia.-----

Referiu já ter decorrido um ano desde que foi aprovada, por esta Assembleia e por unanimidade, uma recomendação sobre a reclassificação das passagens de nível sem guarda na Linha do Vouga, no Concelho, salientando que foi aprovado que a Câmara Municipal diligenciasse, junto da REFER, no sentido de serem automatizadas as passagens de nível sem guarda, bem como que a REFER retomasse o protocolo que assinou com a Câmara Municipal para fazer as vias alternativas, com vista ao posterior encerramento de determinadas passagens de nível. Disse que, para além disso, foi deliberado que a própria Câmara tomasse as diligências necessárias para a construção das passagens inferiores e superiores, ou seja, túneis e pontes, dando cumprimento ao protocolo assinado em 2008, bem como que colocasse a sinalização horizontal nas passagens de nível em questão. -----

Referiu que, passado um ano, pretendia saber que diligências é que foram efetivamente tomadas pela Câmara Municipal, questionado se a mesma reuniu com a REFER sobre essa



matéria, fazendo notar que o grupo municipal do PS não tinha conhecimento de qualquer contacto da REFER com os proprietários dos terrenos junto à Linha do Vouga para se começar a fazer os respetivos percursos alternativos. -----

Frisou estar em causa a segurança dos feirenses, recordando que recentemente ocorreram dois sinistros em passagens de nível do Concelho e que, num deles, todos os quatro ocupantes do automóvel tiveram que ser encaminhados para o hospital para receber tratamentos, comentando parecer-lhe que se está à espera que aconteça algum acidente mortal para que a questão ganhe algum relevo. -----

Concluindo, disse querer acreditar que um ano tenha sido tempo suficiente para o avançar do processo, questionando à Câmara qual o estado do mesmo, se o protocolo vai ser cumprido, se as negociações com a REFER estão a existir e qual tem sido a postura da mesma REFER perante este processo. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por dar nota que a REFER já não existe, que agora existe a Infraestruturas de Portugal, que resultou da fusão entre a REFER e a Estradas de Portugal. -----

Informou que a Câmara tem tentado reunir com a Infraestruturas de Portugal para alertar para a necessidade da reabilitação da Linha do Vouga, dando nota de uma reunião ocorrida há cerca de 15 dias no âmbito do assunto, em que um dos pontos discutidos foi a extensão do Andante à Linha do Vouga, e que ficou acordado que essa extensão iria ser feita mas que dependia da aprovação da tutela. -----

Esclareceu que, entretanto, estão a ser feitos os estudos para a reabilitação da Linha, para permitir que a mesma tenha uma velocidade média muito superior à que tem atualmente, dando nota que, pela informação que foi prestada à Câmara pela Infraestruturas de Portugal, é que o investimento total na Linha será de cerca de 100 milhões de euros, reafirmando contudo que esse assunto ainda seria apresentado à tutela. -----

Concluindo realçou que, neste momento, o grande desafio e a grande preocupação da Câmara prende-se com a reabilitação da Linha do Vouga e a sua modernização. -----

O membro *Eduardo Rocha* (PS) disse que seria pertinente saber o tempo que demoraria até que essa reabilitação fosse feita, mas que, prevendo tratar-se de um período longo,



questionava ao Sr. Presidente da Câmara se não seria possível proceder à colocação da sinalização horizontal nas passagens de nível, ou seja, pintar com traço contínuo bandas cromáticas e linhas de paragem nas passagens de nível. Frisou que a Câmara assumiu essa obrigação, que a mesma consta do protocolo e que a Câmara pode cumpri-la de imediato, sublinhando que se trata de uma questão de segurança. Fez notar que um dos acidentes aconteceu numa passagem de nível já com guarda, em Paços de Brandão, porque o carro não parou no sítio certo, mas sim mais à frente, tendo ficado encravado, provocando o embate do comboio com o veículo.-----

Concluindo referiu que, no fundo, fazia uma recomendação no sentido de que a Câmara Municipal desse cumprimento imediato ao quarto ponto da deliberação tomada pela Assembleia Municipal na sua sessão de junho de 2016, referente à colocação da sinalização horizontal, cumprindo desse modo o protocolo e a própria deliberação da Assembleia, fazendo notar que somente cabe à Câmara Municipal fazer esse trabalho.-----

O *Sr. Presidente da Assembleia*, perante a recomendação oral feita pelo membro Eduardo Rocha, fez notar que, no caso das recomendações escritas, os membros da Assembleia e os grupos municipais têm um período de 48 horas para refletirem sobre as mesmas, fazendo sobressair que caso a Mesa entrasse na permissão do uso de recomendações orais, em que não existe o tal período de 48 horas para reflexão, poderia estar a subverter esse artigo do Regimento.-----

Disse que, portanto, o assunto ficaria a constar da ata como troca de impressões, como uma questão colocada à Câmara Municipal para a devida análise, ressaltando que a Mesa somente submeteria a recomendação a votação caso todos os grupos municipais anuíssem nesse sentido, ao que o membro *Eduardo Rocha* referiu que, de qualquer forma, a deliberação já havia sido tomada pela Assembleia Municipal na sua sessão de 17 de junho de 2016, pelo que deixava uma solicitação à Câmara Municipal no sentido de que a mesma confirmasse se, nos termos do protocolo assinado, lhe compete a colocação da sinalização horizontal e, confirmando-se, avançasse de imediato com o projeto de execução e com o procedimento de concurso para efetuar as pinturas e a colocação da sinalização horizontal.-----

Dando por encerrado o assunto, o *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu, em seguida, a



minuta da ata desta sessão a aprovação e, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta a ata desta sessão. -----
Posto isto, e nada mais havendo a tratar, às 23H40, o Sr. Presidente da Assembleia encerrou os trabalhos, do que para constar, se lavrou esta ata que vai ser assinada por todos os membros da Mesa. -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,